

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 160/161

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democrata		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP		<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i> .....	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i> .....	<i>Dr. Batista</i>
<i>Bloco PSB/PR/PRB/PV</i> .....	<i>Reni Pereira</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## S U M Á R I O S

### ***DIÁRIO Nº 160***

### ***147ª SESSÃO ORDINÁRIA***

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Indicações .....	04
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	08
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri.....	10
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT	
Dep. Edgar Bueno .....	11
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati .....	13
Liderança do PT	
Dep. Elton Welter.....	15
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Eduardo Cheida.....	16
Liderança do Partido Democratas	
Dep. Elio Rusch .....	17
Liderança do Governo	
Dep. Cleiton Kielse .....	19
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	21
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Proposição).....	22
Redação Final.....	23
2ª Discussão .....	23
1ª Discussão .....	23
Requerimentos .....	29
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>30</b>

### ***DIÁRIO Nº 161***

### ***12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>31</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>31</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>31</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
Redação Final .....	32
1ª Discussão .....	34
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>38</b>
<b>Publicações:</b>	
Atas de Comissões	
Redação .....	38
Obras Públicas, Transportes e	
Comunicação .....	40
Direitos Humanos e Cidadania ..	40

# SUMÁRIO

## DIÁRIO Nº 160

### 147ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### SUMÁRIO

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....03**

#### **Expediente:**

Indicações .....04

Requerimentos .....04

Projetos de Lei.....08

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri .....10

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno.....11

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....13

Liderança do PT

Dep. Elton Welter ..... 15

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 16

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch ..... 17

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse ..... 19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

Discussão/Votação

2ª Discussão (Proposição) ..... 22

Redação Final ..... 23

2ª Discussão ..... 23

1ª Discussão ..... 23

Requerimentos..... 29

**Encerramento da Sessão ..... 30**

## DIÁRIO Nº 160

### 147ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2007

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Elton Welter.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi,

Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Mamede e Waldyr Pugliesi (03).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Indicação***

INDICAÇÃO Nº 386/07

**SÚMULA:**

Propõe a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Tancredo Neves no município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - A construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Tancredo Neves no município de Almirante Tamandaré;

2 - JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1.250 alunos em três turnos e não dispõe de um local coberto para que os alunos permaneçam nos horários de entrada, saída, intervalos e para a prática de esportes e nas aulas de Educação Física nos dias de chuvas. A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, como chuvas e excesso de sol, proporcionando a toda a comunidade escolar um ambiente protegido e seguro.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) EDSON STRAPASSON

***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 3707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoioamento:

Dr. Batista, Artagão Júnior, Douglas Fabrício e Jocelito Canto.

REQUERIMENTO Nº 3711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o duto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 12 de

dezembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei 781/07 e 811/07 - Mensagens 050/07 e 054/07, que versam sobre a alteração da redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 14233/03 e da alteração do dispositivo da vigência da Lei Orgânica do IPVA, bem como aprova a tabela de valores venais para o cálculo do referido imposto para o ano de 2008.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Beti Pavin, Artagão Júnior, Luiz Eduardo Cheida, Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Teruo Kato, Professor Luizão, Dr. Batista, Miltinho Pupio, Stephanes Júnior, Antonio Anibelli, Elton Welter, Mauro Moraes, Nereu Moura, Luiz Accorsi, Tadeu Veneri e Alexandre Curi.

REQUERIMENTO Nº 3708

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia da PEC nº 037/07, item 01.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3704

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, PROPÕE, após ouvido o duto Plenário, a realização de Sessão Extraordinária para a efetivação de Sessão Solene do evento denominado Honraria de Mérito dos Trabalhadores - Prêmio Personalidades do Paraná, no dia 23 de abril de 2008, às 18h30.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de evento promovido pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da CIC, região metropolitana e estado do Paraná, tendo por objetivo homenagear trabalhadores de todas as origens de atividades fins do trabalho, das diversas escalas sociais, empregados ou patrões, da iniciativa privada ou pública, indicados por entidades representativas, por autoridade e parlamentares dos poderes municipais e estaduais que acompanham este universo e que queiram sugerir nomes de trabalhadores. Valendo ressaltar que o evento encontra-se em 14ª edição, tendo homenageado aproximadamente mil trabalhadores do Paraná.

## REQUERIMENTOS Nº 3691

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no dia 12 de dezembro do corrente ano, na audiência com Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad, onde estará reivindicando para o Paraná e Universidade Federal da Mesorregião, e em solenidade com o Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, onde estará anunciando as novas Universidades Federais em todo país, a serem realizadas em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

## REQUERIMENTO Nº 3710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário o envio do manifesto de apoio às escolas especiais, subscrito por diversos Deputados desta Casa, aos Exmos. Srs. Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara Federal e Ministro da Educação.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente manifesto parlamentar de apoio às escolas especiais, objetiva valorizar as escolas especiais na construção da Política Nacional de Educação Especial, pois existem tendências que estão tomando força, no sentido da proibição da criação de novas escolas especiais e a transformação das já existentes em simples centros de atendimento, porém tais modificações se levadas a efeito trarão enormes transtornos, e problemas que não estão sendo analisados, o que se deve primar é pelas reais necessidades do ser humano.

## REQUERIMENTO Nº 3712

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda - SEFA, Dr. Eron Arzua, após ouvido o douto Plenário, informar, relativamente à remissão dos créditos tributários do IPVA, proposta conforme Mensagem 054/07 (PL 811/07), encaminhada a esta Casa de Leis, e em face do que dispõe o artigo 2º da Lei 14957/05 e o 1º, inciso II, parágrafo 1º da Lei 15354/06, o que segue:

- Cada um dos débitos relacionados como passíveis de serem remetidos, são de valor inferior às despesas estimadas para sua respectiva execução judicial e manutenção no cadastro de contribuintes inadimplentes, conforme estabelecido na legislação relativa ao IPVA e aos créditos tributários em geral, editada após 2002?

- Entre os contribuintes responsáveis pelos 175 mil débitos levantados como em condições de remissão, nenhum é devedor de mais de um crédito tributário? Quantos são os contribuintes alcançados pela medida?

- Em caso de um mesmo contribuinte ser devedor de mais de um crédito tributário, ainda que de anos posteriores a 2000, a soma deles não ultrapassa o limite de que trata a Lei 15354/06? E, neste caso não deveria ser providenciada a reunião dos mesmo e a propositura da competente ação de cobrança executiva?

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ e DURVAL AMARAL.

## REQUERIMENTO Nº 3686

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de pesar e apresentação de condolências à família do Sr. Breno Justen, pai de Élio Miguel Justen, falecido na cidade de Toledo/PR.

Requer, ainda, seja determinada à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, se dê ciência à família enlutada através de telegrama com o seguinte teor: "A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus membros, e a requerimentos dos Deputados Elton Welter e Duílio Genari, apresenta as mais sentidas condolências pela perda de seu filho Elio Miguel Justen".

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(aa) ELTON WELTER  
DUÍLIO GENARI

## REQUERIMENTO Nº 3700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do atleta paranaense Rafael Sperafico, ocorrido no dia 09 de dezembro de 2007, filho de Hosana e Itacir Sperafico.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos familiares.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma tristeza perder um atleta paranaense de representação nacional e internacional, atleta dedicado esforçado, pessoa boníssima, reservada e querida por todos os colegas. Deixa lembranças imorredouras entre colegas, amigos e familiares.

Faleceu dia 09 de dezembro, com 27 anos de idade, no Autódromo José Carlos Pace, em Interlagos, na cidade de São Paulo, o atleta paranaense de automobilismo categoria Stock Car Light, o profissional honrado Rafael Sperafico, filho de Hosana e Itacir Sperafico.

O passamento de Rafael Sperafico, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família bem como seu vasto círculo de amigos e colegas. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos e de seus amigos resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao esporte.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusam-se a acreditar no inevitável. O tempo não apaga a dor trazida por esta perda, fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta dos amigos queridos, espaço que ninguém poderá ocupar. Só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos pais, Sra. Hosana e Sr. Itacir Sperafico, ao irmão Sr. André Sperafico e a todos familiares nosso votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável do ente querido.

#### REQUERIMENTO Nº 3703

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 10 de dezembro, do Sr. Rodolfo Maximo de Oliveira, aos 95 anos, um dos pioneiros do município de Maringá.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) DR. BATISTA

#### REQUERIMENTO Nº 3687

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Bituruna, pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro de seus 52 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Lauro Agustini, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhamento com a alegria de toda a população de Bituruna que no próximo dia 14 de dezembro de 2007 estará comemorando 52 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 52 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, para-

benizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 3688

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin, pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro de seus 55 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Paulo Frontin que no próximo dia 14 de dezembro de 2007 estará comemorando 55 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 55 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 3689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí, pelo transcurso, no próximo dia 16 de dezembro de seus 51 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Jurandir Alves Contro, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de São Carlos do Ivaí que no próximo dia 16 de dezembro de 2007 estará comemorando 51 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 51 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a

população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

#### REQUERIMENTO Nº 3692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Astorga, no próximo dia 14 deste mês de dezembro.

Astorga é administrada pelo Prefeito Carlos Abrahão Keide, possuindo mais de 25.000 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara dos Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Astorga.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Doutor Camargo, no próximo dia 14 deste mês de dezembro.

Doutor Camargo é administrada pelo Prefeito Alcídio Delapria, possuindo mais de 5.700 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara dos Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Mandaguaçu, no próximo dia 14 deste mês de dezembro.

Mandaguaçu é administrada pelo Prefeito José Antonio Gargantini, possuindo mais de 18.000 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara dos Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Paranavaí, no próximo dia 14 deste mês de dezembro.

Paranavaí é administrada pelo Prefeito Maurício Yamakawa, possuindo mais de 79.000 habitantes e fica localizada na região administrativa da AMUNPAR.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara dos Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Santo Inácio, no próximo dia 14 deste mês de dezembro.

Santo Inácio é administrado pelo Prefeito João Batista dos Santos, possuindo mais de 5.000 habitantes e fica localizado na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Borrazópolis, no próximo dia 14 deste mês de dezembro.

Borrazópolis é administrado pelo Prefeito Osvaldo Campos de Almeida, possuindo mais de 9.000 habitantes e fica localizado em ponto estratégico no Vale do Ivaí.

O município já se chamou Catugi, e pertencia antes à Comarca de Marilândia do Sul.

Sua economia é baseada na agricultura e pecuária, e, possui um comércio forte.

Na pessoa do Sr. Prefeito municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Florai, no próximo dia 15 deste mês de dezembro.

Florai é administrado pelo Prefeito Edson Luis Ratti, possuindo mais de 5.000 habitantes e fica localizado na região administrativa da AMUSEP.

Na pessoa do Sr. Prefeito municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Florai.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3706

Senhor Presidente:

O município de Cascavel celebra seu 55º ano de emancipação política e administrativa, no próximo sábado, dia 14 de dezembro. Criado através da Lei nº 790, que foi sancionada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto em 14 de novembro de 1951, o município foi instalado efetivamente em 14 de dezembro de 1952, após haver passado treze anos como Distrito Administrativo do município de Foz do Iguaçu por força do Decreto Lei nº 7573/38.

Na celebração do 55º aniversário de Cascavel, a Assembléia Legislativa não poderia faltar a este importante registro. Por isto, requeremos envio de congratulações às autoridades locais constituídas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que estendemos à população cascavelense em geral, especialmente a seus pioneiros e descendentes, que fazem do pujante município um dos melhores lugares para se viver, trabalhar e progredir.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) EDGAR BUENO

## REQUERIMENTO Nº 3709

Senhor Presidente:

O paranaense Nilceu Aparecido dos Santos acaba de ganhar a VI Copa República de Ciclismo realizada na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, reassumindo a liderança no ranking nacional de corredores ciclistas.

Trata-se de importante conquista na área desportiva, por isto a Assembléia Legislativa não poderia faltar ao registro, com envio de congratulações ao ciclista pelo título conquistado.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) EDGAR BUENO

*Projetos de Lei*

## PROJETO DE LEI Nº 854/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a associação: SOS Amigo Bicho, com sede e foro no município de Irati - PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 24 de junho de 2004 a associação: SOS Amigo Bicho, socorre animais abandonados nas vias públicas da cidade de Irati, que via de regra sempre estão maltratados, com fome e feridos.

Sem um espaço físico próprio, os componentes da diretoria e voluntários, efetuam diversos trabalhos no sentido de minimizar os sofrimentos dos animais, sendo que, para isto custeiam com recursos próprios, alimentação, cirurgia, transporte e outras atividades relacionadas ao trabalho.

## PROJETO DE LEI Nº 855/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória, no âmbito do estado do Paraná, nas Agências dos Correios com Banco Postal Centros de Distribuição Domiciliar dos correios, a manutenção de vigilante durante todo o período em que o estabelecimento estiver aberto ao público ou ali estiverem trabalhando os empregados da ECT.

Art. 2º Pela infração desta lei a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ficará sujeita as seguintes penalidades:

I - Advertência: Para a primeira atuação, devendo a ECT ser notificada para que efetue a regularização da pendência em até 10 (dez) dias úteis.

II - Multa: Será aplicada multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por atraso de até 30 (trinta) dias para implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência; ou em caso da terceira advertência, no período de janeiro a dezembro.

III - Interdição: Dar-se-á interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias terminado o prazo, determinado no artigo 3º desta, bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após registrada decisão final.



Parágrafo Único. O Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná poderá representar junto à Prefeitura Municipal do município onde estiver instalado o serviço e aos órgãos de fiscalização Estadual e Federal, o infrator desta lei.

Art. 3º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos terá um prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta lei, para dar integral cumprimento à determinação desta norma.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O denominado Banco Postal foi criado com a finalidade de dar aos cidadãos acesso a bancos onde não existissem agências ou postos de serviço dos mesmos.

Neste aspecto, é inegável o alcance social de tal medida.

Ocorre que o Banco Postal passou a ser instalado, inclusive, em agências dos correios nos grandes centros onde há grande rede bancária instalada.

Nos citados bancos postais, passaram a ser feitas todas as operações bancárias, inclusive, depósitos de somas expressivas em dinheiro, saques, transferências pagamentos de benefícios do INSS.

Os correios se transformaram em verdadeiros bancos e, portanto, alvo fácil dos assaltantes, pois desprovidos de segurança.

Os assaltos têm se tornado freqüentes, chegando a ser realizado um por semana.

Por outro lado, pelos CDDs - Centros de Distribuição Domiciliar, passam documentos e produtos de diferentes valores, inclusive cartões e talonários de cheques bancários. Assim como os bancos postais, os CDDs são alvos de assaltantes.

A insegurança dos trabalhadores dos correios motivou uma Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná tem contribuído com o Ministério Público do Trabalho prestando informações e argumentos jurídicos.

Para maior conhecimento dos Deputados a respeito da questão, anexamos a este projeto de lei, fotocópia de peças que instruem a Ação Civil Pública promovida pelo MPT da 9ª Região e que tramita na 13ª Vara do Trabalho de Curitiba, sob o nº 6201/2007.

São estes os fatos e fundamentos que justificam esta proposição legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 856/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória, no âmbito do estado do Paraná, nas Agências dos Correios com Banco Postal, a

instalação de porta eletrônica de segurança individualizada, em todos os acessos destinados ao público.

§ 1º A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer às seguintes características técnicas:

a) Equipada com detector de metais;

b) Travamento e retorno automático;

c) Abertura ou janela para entrega ao vigilante, do metal detectado;

d) Vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45.

§ 2º Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para um ou mais agências, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná.

Art. 2º Pela infração desta lei a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ficará sujeita as seguintes penalidades:

I - ADVERTÊNCIA: Para a primeira autuação, devendo a ECT ser notificada para que efetue a regularização da pendência em até 10 (dez) dias úteis.

II - MULTA: Será aplicada multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por atraso de até 30 (trinta) dias para implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência; ou em caso da terceira advertência, no período de janeiro a dezembro.

III - INTERDIÇÃO: Dar-se-á interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias terminado o prazo, determinado no artigo 3º desta, bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após registrada decisão final.

Parágrafo Único. O Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná poderá representar junto à Prefeitura Municipal do município onde estiver instalado o serviço e aos órgãos de fiscalização estadual e federal, o infrator desta lei.

Art. 3º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos terá um prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta lei, para instalação dos equipamentos exigidos no artigo 1º, desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.07.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O denominado banco postal foi criado com a finalidade de dar aos cidadãos acesso a bancos onde não existissem agências ou postos de serviço dos mesmos.

Neste aspecto, é inegável o alcance social de tal medida.

Ocorre que o banco postal passou a ser instalado, inclusive, em agências dos correios nos grandes centros onde há grande rede bancária instalada.

Nos citados bancos postais, passaram a ser feitas todas as operações bancárias, inclusive, depósitos de somas expressivas em dinheiro, saques, transferências e pagamentos de benefícios do INSS.

Os correios se transformaram em verdadeiros bancos e, portanto, alvo fácil dos assaltantes, pois desprovidos de segurança.

Os assaltos têm se tornado frequentes, chegando a ser realizado um por semana.

Em algumas agências já foram instaladas portas giratórias com detectores de metais e nestas não houve mais assaltos. É o caso das agências dos correios do Centro Cívico em Curitiba, Uberaba, Portão e Pinhais.

A maior segurança alcançada pode ser equiparada à segurança de bancos que passaram a instalar portas giratórias a partir do ano de 1995.

A implantação deste dispositivo de segurança dá maiores garantias para funcionários dos correios e cidadãos usuários.

A insegurança dos trabalhadores dos correios motivou uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná tem contribuído com o Ministério Público do Trabalho prestando informações e argumentos jurídicos.

Para maior conhecimento dos Deputados a respeito da questão, anexamos a este projeto de lei, fotocópia de peças que instruem a ação civil pública promovida pelo MPT da 9ª Região e que tramita na 13ª Vara do Trabalho de Curitiba, sob o número 6201/07.

São estes os fatos e fundamentos que justificam esta proposição legislativa.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido.

No horário destinado ao Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Faço uso do expediente no dia de hoje para, primeiro, saudar os visitantes, saudar os companheiros que são do Sindicato dos Correios, na pessoa do Nilson, seu Presidente, fazer também aqui um cumprimento ao professor Lemos, Presidente da APP, e aos demais visitantes.

Na verdade, hoje fazemos a apresentação de 2 projetos que dizem respeito à categoria dos trabalhadores dos Correios e os 2 estão ligados à questão da segurança, sendo que o primeiro torna obrigatória a instalação de portas eletrônicas de segurança nas agências dos Correios, do banco postal, e o segundo torna obrigatória a manutenção de vigilantes nas agências dos Correios, banco postal

e nos CDDs - Centro de Distribuição Domiciliar. Isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque é sabido que de alguns anos para cá as agências dos Correios deixaram de ser apenas agências de Correios e passaram a ser verdadeiras agências bancárias, não só fazendo pagamentos e recebimentos, mas também trabalhando com cartões de crédito, com valores que antes eram da menor monta, mas que hoje são valores de vulto. Por conta disso, temos tido uma quantidade enorme de assaltos a esses profissionais que estão nas agências dos Correios, que estão no Centro de Distribuição e quase que diariamente são acometidos de situações como a que verificamos há pouco no norte do Paraná, onde inclusive tivemos um óbito na cidade de Londrina, justamente porque não há segurança nenhuma naquilo que entendemos ser fundamental, que é o espaço onde há movimentação de recursos.

Então, depois de uma longa discussão feita com os sindicatos, temos o entendimento que a partir do momento em que houver essas portas de segurança, assim como nas agências bancárias, a partir do momento em que tivermos a segurança física também instalada nesses espaços, a exemplo do que já acontece em Passo Fundo, em outras cidades do Paraná e fora do nosso estado do Paraná, teremos uma diminuição enorme no índice de assalto, no índice de violência naquilo que diz respeito a esses departamentos, a essas agências.

Obviamente que esse projeto está sendo apresentado agora e irá para a CCJ no ano que vem, mas esperamos poder fazer aqui Audiências Públicas, da Comissão de Segurança inclusive, e fazermos um debate com os Srs. Deputados e com as Sras. Deputadas e a partir desse debate poderemos aprovar esse projeto e termos no estado do Paraná, pioneiramente, uma situação de segurança diferenciada daquela que temos hoje em outros estados e obviamente daquela que temos hoje também no estado do Paraná, onde - como já falei anteriormente - quase que diariamente as pessoas são colocadas em risco em função de uma atividade que não originariamente lhe era proposta.

Os bancos não tinham, até algum tempo atrás, essa determinação, nem o banco postal e nem os Correios, de fazer, através das agências dos Correios, os pagamentos, fazer uma série de serviços que eram feitos diretamente no banco, mas que hoje, por conta de toda a pressão feita pela rede bancária, acaba sendo transferido tanto para as lotéricas como também para os serviços que são afetos aos Correios.

Aqui já foi citado por diversos Deputados, mas apenas para lembrar que não há nenhum segmento no Brasil que dê tanto lucro, que tenha tanto recurso quanto o segmento bancário, até porque temos uma alta taxa de juros, há décadas já estamos vindo com uma taxa de juros muito alta, e o sistema financeiro se especializou de tal forma que hoje ele consegue, sem que sejam bancários, fazer com que pessoas trabalhem para o sistema financeiro trazendo recursos, direta ou indiretamente, por fazer com que aqueles segmentos menos rentáveis, é o caso de pagamento de água, luz, telefone, cartões de crédito, sejam terceirizados para as agências dos Correios, sejam terceirizados também para as lotéricas.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar no dia de hoje o registro desses 2 projetos, e já antecipadamente solicitar o apoio dos Srs. Deputados, Sras. Deputadas para o debate que faremos a partir do ano que vem, Sr. Presidente.

Eram essas as considerações.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

(**Declina**)

Grande Expediente. Com a palavra, Deputado Jocelito Canto.

(**Declina**).

### ***Horário das Lideranças:***

Passa-se ao Horário das Lideranças.  
PDT. Com a palavra, Deputado Edgar Bueno.

### ***Deputado Edgar Bueno (PDT)***

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje venho a este microfone, um assunto que mereceria exaltação, mas plagiando os bons modos do Deputado Edson Praczyk, que fala, por mais que a matéria seja quente, ele tem um tom de voz que todos deveríamos imitá-lo. Então, trago hoje um assunto de grande preocupação com referência ao estado do Paraná e as invasões de terra, a violência no campo, a perda de vidas, a ausência das autoridades nas horas mais interessantes. E não estamos encontrando os caminhos para resolver pacificamente esse que é um processo social, importante, que os governantes deveriam realmente implementar a reforma agrária, mas adquirindo as terras, desapropriando e pagando terras, porque neste país me parece que não se respeita a ordem constitucional, ou seja, a ordem constitucional está sendo jogada no lixo porque temos autoridades que não respeitam aquilo que determina a Constituição.

Sr. Deputado Antonio Belinati, na madrugada de hoje o COPE esteve em Cascavel - o COPE que agiu, Deputado Elio, tendenciosamente na questão da Syngenta - e ao chegarem em Cascavel, na madrugada, prenderam 2 seguranças dos 3 indiciados, e com ordem judicial para serem presos. Alexandre Magno, Alexandre de Jesus e Rodrigo de Oliveira, que se afastou da cidade com ordem da Justiça, encontra-se em outro estado, mas tem determinação da Justiça para que pudesse se afastar do município de Cascavel. Também prenderam o proprietário da NF Segurança, Sr. Nerci de Freitas. E ao entrarem, Dobrandino, na casa do empresário Nerci de Freitas, entraram com violência, estourando a porta, armados, apontando armas para a cabeça da filha do empresário, que estava com uma criança de 3 meses no colo. Foi uma violência.

Ao abordarem e visitarem as residências dos outros 2 seguranças, a notícia que temos é que apontaram arma até para o cachorro que estava no terreno.

Vejam que temos uma tendência, hoje, para proteger aqueles que invadem a sua propriedade, que matam, que roubam, que degradam o meio ambiente, que derrubam as benfeitorias das empresas, porque para eles nada acontece.

Esse rigor da lei para aqueles que estão legais, para aqueles que têm propriedade, para aqueles que precisam, muitas vezes, por falta de segurança oficial, contratam segurança de empresas para poder proteger suas propriedades. Infelizmente, estamos vendo essa barbaridade no Paraná.

Dos indiciados e com ordem de prisão temos 2 sem-terra, dos invasores, líderes que organizaram a baderna, inclusive a matança: um é Celso Ribeiro e outra é Célia Aparecida Lorenzo.

Algun passarinho passou por lá e deve ter buzinado, assoprado para o Celso Ribeiro que está no exterior. Bancado por quem? Ninguém sabe. Sustentado por quem? Ninguém sabe. Avisado por quem? Ninguém sabe. Mas está no exterior. Deve estar comendo caviar, pela estrutura que existe por trás desse invasor, baderneiro, criador de problemas nas propriedades.

A Célia Aparecida Lorenzo também deve ter recebido um recado de um passarinho, porque desapareceu. Ninguém viu.

E o COPE só prendeu aqueles que têm moradia, famílias. Esses que estão legais foram presos.

Temos marcado para o dia 20 uma Audiência para ouvir os acusados. Nenhum desses que estão presos se recuperou a comparecer. Essa MS Segurança é uma empresa sólida, tem vários contratos na cidade. Esses são os únicos que estão presos.

Aqueles que desapareceram, que não cumprem ordem judicial, estão desaparecidos e não estão presos. Quem pediu a prisão preventiva dos seguranças contratados? O COPE.

Sabia, Deputado Elio Rusch, que o COPE não pediu a prisão preventiva daqueles que também assassinaram o segurança, que representam a liderança dos sem-terra?

Srs. Deputados, esta ordem de prisão não tem requisitos legais para acontecer. Porque todos aqueles que receberam e foram presos nunca se negaram a comparecer na justiça, tem residência e carteira assinada. Não existem requisitos para prisão preventiva.

Agora, existe requisito para prisão preventiva dos 2: Celso Ribeiro e Célia Aparecida, porque estão desaparecidos.

E sabe quem teve que pedir a prisão preventiva dos 2? Não foi o COPE, que está agindo tendenciosamente e politicamente. Quem pediu foram os promotores da cidade e o Juiz ou a Juíza de Cascavel concedeu essa prisão, porém, ela não é legal, não se sustenta, não é verdadeira, não é necessária. São prisões políticas, tendenciosas, de apadrinhamento daqueles que não querem cumprir a ordem e nem a lei.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

V. Exa. fala do Poder Judiciário e diz que é uma prisão ilegal, não é?

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Inconsistente.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Pois é, vemos aí coisas incríveis acontecendo no Poder Judiciário.

O Poder Judiciário acaba de pedir à Casa um aumento no orçamento, que já está no orçamento e a Assembléia vai votar, vai conceder um aumento ao Poder Judiciário. Já está na Casa o orçamento. O maior aumento vai ser do Poder Judiciário, devidamente acertado entre o Governador e o Poder Judiciário. Só para contribuir com o seu pronunciamento.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Obrigado pela informação, Deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Edgar Bueno, ouço com muita atenção vosso pronunciamento e quero dizer que, por inúmeras vezes, nos manifestamos sobre a questão da Syngenta, sobre as invasões de propriedades no estado do Paraná, até por que tomamos conhecimento com profundidade. Presidimos uma CPI, uma Comissão Especial, verificamos a questão da Syngenta, fomos verificar *in loco*, acompanhados pelo Ministério Público, por diversos Deputados e pela imprensa do oeste do estado do Paraná. O que sentimos na Syngenta? Volto a dizer, novamente, a Syngenta não é uma fazenda de produção. A Syngenta é uma área de pesquisa, apenas 70 hectares. Isso tem que ser dito, repetido e tem que ser lembrado sempre.

Foram 3 vezes que a Via Campesina ou os sem-terra invadiram essa fazenda. Não consigo entender e já me pronunciei, me manifestei nesta tribuna em relação àquele inquérito feito pela Polícia, se não me falha a memória, pela Polícia Civil ou COPE, enfim, quem é que esteve lá fazendo esse inquérito, em que foi indiciada única e exclusivamente àquela empresa de segurança pública e seus funcionários. Como V. Exa. disse com muita propriedade, ninguém do MST ou da Via Campesina foi indiciado. Eles se escondem sempre atrás de uma entidade que não tem personalidade jurídica.

Eles invadiram, pela terceira vez seguida, uma área e, lamentavelmente, teve 2 mortes, uma por parte dos seguranças, outra por parte do movimento. Fala-se, hoje, aqui na Assembléia e em muitos lugares, como se aquela vida do segurança não tivesse valor nenhum, só se considera a morte do sem-terra. E o segurança?

Não tem família? O que o segurança fez? Ele estava prestando serviço para uma empresa que o contratou para proteger um patrimônio que não é uma fazenda de produção. É lamentável, Deputado Edgar Bueno, que nós, mais uma vez, tenhamos que levantar esta questão.

Não tenho acompanhado, agora, nos últimos dias, mas o Poder Judiciário já determinou a reintegração de posse por 2, 3 vezes da mesma área, não a fazenda de produção, uma área de pesquisa e, recentemente, tem aplicado uma multa de R\$ 50 mil caso o Governo do Estado não cumpra a reintegração de posse. Não é o Governador quem vai pagar a multa. Quem vai pagar a multa é o Governo. Quem é o Governo? É o povo, a sociedade, somos nós. Aí é que vem a questão: esse passivo que este Governo está deixando para os próximos é muito grande. Esse passivo é grande demais.

Quero parabenizar pelo vosso pronunciamento. Quero dizer que entendemos essa situação e só sentimos que ainda tenhamos, no estado do Paraná, 86 fazendas ou áreas invadidas, todas com reintegração de posse e nenhuma cumprida até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Edgar Bueno, o seu tempo já se esgotou, passaram-se 2 minutos. Solicito a V. Exa. se puder concluir, agradeceríamos a compreensão de V. Exa.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Não é possível, Sr. Presidente. O PTB cedeu o tempo para que pudéssemos concluir essa matéria, que é de grande importância e de relevância para estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Entendo perfeitamente, passar o tempo de um partido ou de um bloco para outro não é possível. Quatro minutos, V. Exa. tem, entendendo a importância do tempo para V. Exa.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Reni, é rapidinho, vou lhe dar 1 minuto, para o senhor poder fazer esse aparte, que sei ser importante.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Deputado Edgar Bueno, rapidamente, quero lembrar que quando estivemos na Fazenda Syngenta, na comissão presidida pelo Deputado Elio Rusch, o Deputado Duílio, eu, o seu colega de partido, Barbosa Neto, ex-Deputado desta Casa, acompanhado de um Promotor de Justiça, Dr. Batista, quando o Deputado Elio Rusch perguntou quem respondia, com arrogância uma pessoa falou: "Ligue para a nossa secretária". O telefone que passaram para o Deputado Elio Rusch era o telefone da Casa Civil do Estado do Paraná. Talvez feche com o seu pronunciamento.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Dobrandino também gostaria de fazer um aparte.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Deputado?

(Assentimento)

Desculpe, Deputado Edgar Bueno. Apenas quero fazer um pedido à presidência, se o Deputado Edgar Bueno está falando no Horário da Liderança, no Grande Expediente ou no Pequeno Expediente, porque no Pequeno Expediente não cabe aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É o horário da Liderança do PDT.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Mais meio minuto, por favor, agregando a esse tempo que me foi tirado.

Deputado Dobrandino, por favor.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)**

Obrigado.

Quero lhe cumprimentar, que a denúncia de V. Exa. é justa. Injustiça tem que ser combatida. Se há arbitrariedade por parte do empresário, é porque invadiram a área dele. Alguém tem que combater essa injustiça.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Deputado Dobrandino.

O Presidente da Sociedade Rural, Alexandre Meneguel, se pronuncia politicamente contra as invasões, porque afinal de contas nesta mesma pequena propriedade foram 3 invasões. São invasões de provocação. Não tem outra explicação. Lá não tem espaço para produzir, para os sem-terra, aqueles que precisam trabalhar. Eles foram invadidos 3 vezes. O Presidente da Sociedade Rural se manifesta politicamente e politicamente ele foi indiciado também. Ele foi indiciado e citado no processo por formação de quadrilha, por milícia armada, em exercício arbitrário, pelos próprios, ou seja, Justiça com a própria mão. Não justifica esse indiciamento também do Presidente, só porque se manifestou politicamente. Não estamos tratando de uma questão política. Estamos tratando de uma questão legal, de uma invasão provocativa.

Há uma orquestração no Brasil, porque ontem foram 5 estados que se manifestaram com referência a Syngenta do Paraná. Lá no oeste do Paraná não conhecem a Syngenta, não sabem do tamanho daquela propriedade, não sabem os laboratórios e as pesquisas que se fazia ali. Estão se manifestando no Brasil inteiro, por causa do orquestração política que há neste país. Atormentar, amedrontar, fazer aqueles que lutaram, que conquistaram suas propriedades ao longo de suas vidas com muito suor e trabalho, para que eles se amedrontem, se entreguem e não reajam mais diante das dificuldades que

estamos sentindo, porque estão agindo e tomando posições políticas, quando não deveria ser assim. As posições deveriam ser da Justiça, que manda cumprir ordem e não cumprem.

É necessário que se registre nesta Casa o nosso protesto contra essas questões que vêm acontecendo, principalmente, no estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PPS/PMN; Bloco PSB/PR/PRB/PV; Democratas.

(Declinam)

Partido Progressista.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, nobres Deputados.

Sr. Presidente, estamos chegando ao final do primeiro ano legislativo desse mandato que todos nós conquistamos através do voto popular. E o país está com as atenções voltadas para Brasília porque a qualquer momento vai ser votado no Senado um presente de Natal, um presente de grego para o povo brasileiro, que é a prorrogação da CPMF, imposto provisório. Mas, neste país o que é provisório vira sempre definitivo. E, o lamentável em tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados são os conchavos, as negociações em torno de um assunto tão sério. O Presidente Lula hoje parecia até um mascate indo bater na porta do Governador de Brasília para pedir o apoio e do seu partido, o “Deus Democratas” para aprovar a CPMF.

Interessante são os níveis de atendimento para se aprovar a CPMF. E o Governo analisa se é bom ou não cassar o Renan Calheiros? Daí o laboratório político do palácio conclui que não é bom cassar porque o Renan é um voto garantido para ajudar a ferrar o povo brasileiro.

Depois vem a articulação. Bom, agora tem aí a presidência do Senado. Vamos ver qual a cabeça que vale a pena cortar e quem é que vale a pena colocar como Presidente do Senado. Aí o PMDB, nobre Deputado Dobrandino, já se acertou hoje também, não será o Sarney, mas será o Senador Garibaldi.

Lamentamos porque esse tipo de negociação que está sendo feita com os Senadores lembra bem o que já aconteceu na Câmara dos Deputados. Inegavelmente, nobre Deputado Elton Welter, na minha opinião o Presidente Lula é um refém da Câmara dos Deputados, é um refém do Senado Federal. Se perguntar em sua consciência se o Lula apoiou esse negócio de mensalão, no fundo, no fundo, ele tem a maior bronca. Mas, infelizmente, é a grande realidade que alguns Parlamentares adotam como prática na vida pública, aquele velho e manjado lema: “É dando que se recebe”.

E a Câmara dos Deputados deu tudo o que o Presidente Lula queria que era prorrogar a CPMF na parte da Câmara dos Deputados na expectativa, evidentemente, de que o Governo do Presidente Lula vai pagar o dízimo para cada Deputado. Como se paga o dízimo? É Deputado que nomeia Ministro, é Deputado que indica Diretor da PETROBRAS, é Deputado que indica Diretor dos Correios. O Deputado recebe em troca. Não estão preocupados em colocar ali no alto cargo da República alguém que tenha paixão por esse Brasil. Mas, alguém que vá aos altos cargos da República, usar aquela estrutura para os interesses pessoais de um Deputado e de um grupo. Porque cada pessoa que é guindada ao alto posto, quase todos, para representar o interesse de uma panela.

Infelizmente, nobres Deputados, vemos o Presidente Lula agora refém também do Senado Federal, tendo que negociar de maneira até humilhante para quem está num alto cargo de chefe da nação, deste país, com os Senadores, na minha opinião, a maioria ali não tem idealismo nenhum pela nossa pátria, eles têm é pelos seus interesses pessoais, e se for conveniente eles vão fazer o que fizeram os Deputados outro dia, quase sempre a televisão mostra a imagem do plenário da Câmara dos Deputados, o plenário vazio, de 513 Deputados, eu trabalhei em Brasília como Deputado Federal, conheço, de 513 Deputados, muitas vezes olhamos na televisão e dá para calcular que não tem nem 20 Parlamentares presentes, mas na noite que foi para ferrar o povo brasileiro, coitados dos Deputados, trabalharam, trabalharam, trabalharam, quase clarearam o dia no plenário da Câmara dos Deputados, que era para ferrar o povo. Daí sim. Agora, por que o Deputado se sujeitou a quase amanhecer ali, nas discussões no plenário da Câmara dos Deputados? Foi pensando nos interesses dos 180 milhões de brasileiros? Não. Foi jogando nos seus interesses pessoais.

E agora estamos vendo este problema que se arrasta no Senado Federal, alguns Senadores também vão votar de birra, porque antes também eram a favor da CPMF, agora vão votar, talvez de birra, já pensando lá na frente, que há quem diga que se aprovar a CPMF, mais R\$ 40 bilhões no caixa do Governo, é dar de bandeja o terceiro mandato para o Presidente Lula.

Então, até isto, até isto acaba entrando em jogo. Um ou outro não vota porque não quer que o Presidente tenha um terceiro mandato. E a grande maioria que vota a favor desse maldito imposto, vota jogando no seu interesse pessoal e de seu grupo, para não falar um linguajar mais claro aqui, mas como aqui é uma Casa de gente inteligente dá perfeitamente para entender porque esta vontade de alguns de votar esse imposto, lembrando, porque tem gente que diz assim: “Mas, Belinati, eu não tenho conta bancária, meu salário é pequeno, minha aposentadoria é pequena”.

Não, minha gente, o imposto da CPMF quem paga é toda a nação brasileira. O empresário vai repassar o custo que ele teve com a CPMF no preço do arroz, do feijão, do remédio, de tudo, de tudo vai sair mais caro. O

empresário não vai perder nada, vai apenas repassar. E muitas vezes até o favelado, até o assentado, até o desempregado, vai arder no seu bolso esse imposto chamado CPMF.

E é bom lembrar, Sr. Presidente, o que está na internet - o brasileiro pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva - o Bispo que está fazendo a greve de fome talvez até pare agora, porque no dia de hoje a Justiça deu uma liminar para suspender as obras de transposição do rio São Francisco, pode ser que o Bispo agora suspenda a greve de fome, mas o Bispo foi até pesado contra o Lula dizendo que ele cansou de ser enganado e que o Lula não pode mais nem ser considerado mais um nordestino. Palavras de um Bispo nordestino que foi um grande aliado do Presidente Lula.

E lembrar, Presidente Augustinho Zucchi, que está na internet, o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que no momento responde pelo comando da nação brasileira e torcemos pelo seu sucesso, porque com o fracasso de um Presidente quem sofre as consequências é todo o povo, o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva está na internet, ele tem uma aposentadoria política e uma boa aposentadoria, porque foi considerado perseguido, preso político, da sua aposentadoria não é descontado nenhum centavo para a CPMF.

O Presidente Lula está na internet, ele mesmo não paga CPMF. Ele não paga, mas quer que o povo todo pague. E lembrando aquilo que já foi dito naquele discurso infeliz do Presidente Lula quando considerou que quem é contra a CPMF é sonegador, e a imprensa lembrou muito bem que num passado não muito distante o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva era Oposição e combatia, veementemente, esse imposto CPMF e nem por isso foi acusado de ser um sonegador.

Então, Sr. Presidente, é bom clarearmos, avivarmos a memória do nosso povo, lembrando as incoerências do Presidente Lula: na Oposição ele era contra a CPMF e não era acusado de ser sonegador. Agora, no poder, ele defende, até se sujeitando a ser quase escravo da vontade de Deputados e Senadores e sabe-se lá qual é o preço que estes Parlamentares estão exigindo para aprovar a CPMF!

Nós desejamos, Sr. Presidente, que os Senadores, acima de tudo, independente de sigla partidária, discutam a prorrogação ou não da CPMF pensando no Brasil e não pensando nos interesses pessoais. Pensem no Brasil, pensem nos brasileiros e não pensem nos interesses dos seus grupos partidários!

Obrigado.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar a presença aqui nas galerias do representante distrital de Campo Mourão, da nossa região, André Felipe Pereira Martins, e também o Jair Elias dos Santos Júnior que é membro do Centro de Letras do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado. Agradecemos a presença dos nossos visitantes.

No horário do Partido dos Trabalhadores, com a palavra o Deputado Elton Welter.

***Liderança do PT: Deputado Elton Welter*****O SR. ELTON WELTER**

Sr. Presidente, vim para falar de vários assuntos, mas quero focar a minha fala final acerca das declarações do Deputado Edgar Bueno.

A Deputada Luciana Rafagnin está em viagem em nome desta Casa para Brasília. No dia de amanhã o Presidente assinará a Universidade do MERCOSUL que será implementada na cidade de Foz do Iguaçu, mais uma universidade federal para o Paraná, primeiro o CEFET se transformou na primeira universidade tecnológica do país. Teremos 3 grandes universidades aqui no Paraná e será lá no oeste do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, dentro do Parque Tecnológico de Itaipu. Um grande orgulho para o Paraná e para todos os paranaenses a Universidade do MERCOSUL, que será assinada pelo Presidente da República no dia de amanhã e esta Casa será representada pela Deputada Luciana Rafagnin, que está em viagem neste momento para a capital federal.

Sr. Presidente, com relação ao que o Deputado Edgar Bueno falou, a colonização deste país, para quem conhece um pouco da história, os movimentos sociais existem no mundo todo, existe luta política, pressão social, pressão popular e dos movimentos.

Confesso que na cidade de Cascavel e outros lugares teve muita grilagem de terra, teve épocas que doavam terras para “n” famílias e existem conflitos postos e claros. A reforma agrária é uma coisa que ainda nosso Governo está devendo. Estamos tentando fazer aumentando crédito, fazendo assistência técnica nas propriedades, dando energia elétrica para que as pessoas tenham condições de ficar na roça. Aliás, os dados do IBGE mostraram que o pequeno agricultor está ficando no campo.

Agora, para quem esteve lá logo depois do assassinato daquele sem-terra, Deputado Edgar Bueno, eu estive lá, eu vi, vi o sangue que não tinha nem coagulado onde foi assassinado o Keno - aliás tiveram que desenterrar o Keno porque os peritos não fizeram o trabalho certinho - ele foi executado com a arma colocada pertinho dele, botaram na cabeça e atiraram. Tiveram que desenterrar esse sem-terra. O que fizeram lá foi uma chacina, foram lá para caçar a Célia, que tem endereço fixo, o Celso.

Olha esses excessos que são cometidos por essas milícias armadas têm que ser sustadas. Se tem excesso por parte dos sem-terra, nós também às vezes criticamos. É muito mais fácil ficar do lado de fazendeiro, defender interesse de transnacional, que quem sabe pode ter financiamento para uma campanha. Essa que é a verdadeira questão. Quando falamos aqui em defender

veementemente que tem que ter uma reforma política, que não poderia ter intervenção do setor econômico nas eleições de Deputados, Governadores e Prefeitos, muitas vezes não ecoa lá fora. Quando se critica mensalão, modelo político eleitoral, é curioso que o nosso congresso não consegue legislar acerca da principal reforma que precisa ser feita no país, que é a reforma política.

Se quisermos sustar e dar condições de igualdade, Deputado Tadeu, igualdade para trabalhadores, empresários, nas disputas eleitorais dentro dos partidos políticos e a democracia se aprofundar, é necessário que tenha a reforma política, é necessário que tenha o financiamento público das campanhas, é necessário que não haja interesse do setor privado.

Aliás, hoje de manhã estive em uma palestra do Presidente do IPEA, o Márcio. Hoje o mundo é dominado por apenas 500 empresas. Aliás, entregamos patrimônio e patrimônio desta república e deste estado. Deram um tiro no pé, as empresas nacionais maiores perderam influência nessa deterioração do patrimônio do estado. Quando se entregou o patrimônio do país às empresas estatais se perdeu também o poder de influência das empresas da grande indústria nacional. Esses dados mostraram o fracasso desse modelo.

Nunca fomos contra a questão da globalização, mas agora a dominação do mercado, atendendo interesse de um pequeno grupo de apenas 500 empresas, vamos virar escravos desse povo. Isso foi dito com uma clareza pelo Márcio, que hoje é Presidente do IPEA. Vale a pena pegar a fita e assistir o que esse cidadão falou. O preparo, os dados que ele passou. Quem defendeu no passado vender, vender, vender estatal, deu um tiro no próprio pé, porque estamos enfraquecendo a nação com isso, estamos correndo atrás do prejuízo. Agora, do ponto de vista estratégico, temos a possibilidade real de fazer com que o Brasil consiga ser uma grande nação, que é na questão da energia. Agora corremos o risco, podemos ficar na mão de grandes grupos internacionais e viramos peão, de novo, deles. Tem que se ter uma estratégia nacional. Isso deve ser apontado em breve pelo Presidente Lula, para a questão energética ligada ao biocombustível, ao álcool, ao biodiesel e assim por diante. Vamos certamente ser o grande protagonista e possibilitar exportação nesse setor que dará grande autonomia para o país.

**O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)**

Rapidamente, só para não esquecermos, porque às vezes é conveniente falarmos aquilo que interessa e é conveniente esquecermos também aquilo que interessa.

A NF, que foi citada aqui é uma empresa que foi acusada de ter, de uma forma ilegal, munição. E a Polícia Federal deteve a esposa do proprietário, que é sua sócia. Mas do que isso, o Celso Ribeiro e a Célia estiveram ameaçados de morte e é por isso que não estão lá. Duvido que alguém que estivesse ameaçado de morte, como foram essas pessoas, que foram caçadas dentro daquele espaço, para quem viu a Isabel no hospital com um tiro no olho,

há 20 cm de distância, é muito fácil falar aqui. Agora faça isso lá. Porque lá não faz. Essas pessoas não estão sendo procuradas por este ou por aquele. Estão sendo procuradas por aqueles que no dia em que teve uma Audiência Pública, inclusive, chamaram a Célia de: “Negrinha vagabunda”. Na frente do Juiz e o Juiz não fez nada!

Essa denúncia veio para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e não é por outra razão que o próprio Presidente da Sociedade Rural Oeste está sendo processado.

Acho que é preciso que tenha peso e equilíbrio dos 2 lados. Pensar que apenas pelo poder econômico, apenas pela posição social, apenas por serem bravos, como diz o próprio Meneguel, vão fazer com que a própria lei seja colocada em segundo plano. Estão enganados!

Acho que a Syngenta foi multada em R\$ 1 milhão por estar fazendo pesquisa de forma ilegal em zona de amortecimento, no Parque Iguaçu. Isso é preciso que seja dito, a Syngenta está de forma irregular naquela área, e não por acaso, essa multa foi mantida pela própria Juíza de Cascavel.

#### O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, temos posições ideológicas aqui nesta Casa. A justiça, em tese, tem que ser igual para todos, mas é muito mais fácil ficar do lado do poder econômico, muito mais fácil ficar do lado de quem pode estender uma mão generosa. É muito mais difícil, vamos assim dizer, ficar do lado dos oprimidos, de fato, não na conversa. Isso que é real. Defender o interesse dos excluídos, dos abandonados, dos sem-terra, de pessoas que foram largadas à própria sorte e que muitas vezes se dizem que não têm capacidade e competência por puro preconceito.

Teve que assumir o Presidente da República para reconhecer direitos de quilombolas, direitos de negros e negras, ter mais oportunidade aos índios nas universidades. Teve que assumir um metalúrgico para criar o ProUni, para trocar impostos por vagas nas universidades privadas.

Isso já somam mais de 300 mil vagas - o ProUni para dar oportunidade para quem não tem oportunidade para estudar.

Este debate que está aqui. Esta Casa tem que tirar o chapéu para ela, esta Casa está fazendo um esforço. Chamamos aqui o Superintendente do INCRA, para trabalharmos, para tentarmos amenizar o conflito agrário no estado, para trabalhar a celeridade na compra da aquisição de áreas do estado, para que a gente consiga diminuir esse problema do tensionamento agrário. Esta Casa está altamente propositiva nessa questão, está trabalhando nisso. O Superintendente do INCRA já esteve aqui, trará uma proposta e espero que saia ainda este ano, antes de encerrar o processo legislativo. Se não vier, virá o ano que vem, para trabalharmos intensamente.

Espero que alguns fazendeiros não desestimulem outros fazendeiros de boa-fé que querem ofertar as suas

áreas para não vendê-las, porque eles não são obrigados. Hoje, do jeito que está, a regra da Reforma Agrária não é possível, só com um acordo de compra. Por desapropriação não é possível.

Temos que fazer de forma amigável o trabalho de compra de propriedade para tentarmos diminuir o conflito agrário.

É um desafio, ou trabalhar em outra frente.

Vou finalizar a minha fala dizendo o seguinte: as duas frentes que esta Casa está trabalhando, uma, no meu raciocínio, é trabalhar a questão de aquisição de áreas e a outra é tentar mudar a legislação federal. Aí vamos precisar do seu grande Líder Senador Osmar Dias e dos Deputados Federais para mudar, por exemplo, o índice de produtividade, as TDAs e assim por diante. Ações propositivas que nós, como líderes partidários, podemos fazer. Inclusive, V. Exa, deve ajudar e está ajudando.

Muito obrigado.

#### O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero comunicar a esta Casa que às 13h30, depois de muito stress, muito nervosismo na vida pública, o Governador de Roraima, do PSDB, Ottomar Pinto, acaba de falecer, aos 76 anos, de um enfarte fulminante. Queria comunicar a esta Casa, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente comunicado.

No horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao Deputado Cheida.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida.***

#### O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna é um convite para o dia de amanhã, às 9h, no plenarinho desta Casa. Vamos estar discutindo em um seminário o seguinte tema: a ameaça das espécies exóticas invasoras à conservação da biodiversidade e recursos naturais no estado do Paraná.

Eu não sei se os nobres Deputados têm este entendimento, mas as espécies exóticas, que são aquelas não nativas no estado, animal ou vegetal, já são a primeira causa de redução da biodiversidade no mundo. E quando falamos em reduzir a biodiversidade, hoje já se sabe que quanto menos biodiverso é o local, menos ele rende economicamente. Assim, o contrário também é correto: quanto mais biodiverso o local, mais produtivo ele é. Não bastassem as razões ambientais, se levássemos em consideração apenas os motivos econômicos, já seria mais do que suficiente uma preocupação neste sentido.

Vejam os Srs. Deputados, um levantamento do programa global de espécies invasoras nos Estados Unidos, mostrou este ano que aquele país gasta US\$ 137 bilhões apenas com a erradicação e o controle de espécie exóticas. A África do Sul, um outro país, em um outro continente,



naturalmente está gastando uma média de US\$ 40 milhões apenas para tentar erradicar uma espécie, que é uma espécie arbórea, exótica, que provocou a diminuição do suprimento de água naquele país.

No Paraná, não temos idéia do quanto isto custa. Mas, se imaginarmos que o bagre africano, o mexilhão dourado, o caramujo africano, o “amarelinho”, o java-porco, a dengue - e só a dengue leva dos cofres do Paraná mais de 70 milhões por ano, para tentarmos erradicar esta verdadeira praga que não é paranaense e muito menos nacional - a barriga d'água e tantas outras espécies, são, sem dúvida nenhuma, espécies que compõem uma verdadeira aflição e dor de cabeça aos cofres públicos, à política de saúde e ao bem-estar de todos os cidadãos.

Por isso, Srs. Deputados, gostaria de fazer um convite a todos: amanhã, aqueles que puderem se fazer presentes às 9h, no plenarinho desta Casa, com a presença da TNC, que é uma instituição internacional, a The Nature Conservancy, o IAP, a SEMA, a Universidade Estadual de Maringá e uma série de instituições, estaremos lá fazendo uma grande discussão.

É preciso lembrar aqui que o Paraná é considerado o estado mais avançado na América Latina em termos de controle destas espécies, devido a um plano de erradicação e controle de espécies exóticas implantado pelo IAP. Cerca de 156 países utilizam as portarias do IAP, contendo a primeira lista do país com espécies exóticas invasoras. E ainda uma portaria que reconhece o problema oficialmente e estabelece a retirada destas espécies de unidades de conservação.

Os Deputados de Ponta Grossa bem sabem que no nosso Parque Estadual de Vila Velha há um verdadeiro flagelo chamado java-porco, que é uma mistura de javali com porco, que come as raízes das plantas nativas, fuçam tanto que chegam a praticamente levar à morte os pinheiros e tantas outras espécies nativas. Esse java-porco era uma criação do Rio Grande do Sul, que subiu à Santa Catarina, chegou ao Paraná e já está sendo exportado naturalmente para os estados do Mato Grosso e São Paulo e precisa ser controlado, erradicado, assim como o pinus, o eucalipto dentro de Vila Velha, assim como o bagre africano, o caramujo africano também no litoral do Paraná, que são verdadeiros flagelos que dão doenças que vão de encefalites a meningites seriíssimas e que levam crianças à morte.

Além dos problemas de saúde, além dos problemas ambientais, há o problema econômico. É objetivo deste Deputado que tenhamos uma legislação avançada nesse ponto, coisa que o Brasil não tem, o Paraná menos ainda e amanhã é o dia em que queremos iniciar essa discussão com o seminário, com pessoas entendidas e que trabalham sobre o assunto para podermos trazer à apreciação dos nobres Deputados, já no início do ano que vem, uma proposta de projeto de lei que venha a regulamentar e dar autoridade legal às nossas autoridades constituídas, para combater esse verdadeiro flagelo que se abate sobre o Paraná.

Todos estão convidados e espero que a presença seja grande, porque o assunto realmente é de bastante importância a todos nós.

Muito obrigado pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aproveitamos a oportunidade para, em nome do Presidente Nelson Justus, convidar todos para essa proposição do Deputado Luiz Eduardo Cheida, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que será realizada das 08h30 até às 13h no dia de amanhã, no plenarinho desta Casa.

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch.***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Vou tratar de 2 assuntos, sendo um bem rápido, que é a questão da CPMF, levantada com muita propriedade pelo ilustre Deputado Antonio Belinati. Apenas dizer, Deputado Belinati, que os brasileiros vão gastar em 2007 mais com a CPMF do que, por exemplo, com o arroz, feijão e leite. A conclusão é de um estudo divulgado ontem pela FECOMÉRCIO de São Paulo, com base na pesquisa de orçamento familiar do IBGE. De acordo com a FECOMÉRCIO os brasileiros vão gastar neste ano 10 bilhões e 300 milhões com arroz, 9 bilhões e 100 milhões com leite, 5 bilhões e 700 milhões com feijão e a arrecadação prevista do chamado imposto sobre o cheque, a CPMF, deve chegar a R\$ 38 bilhões e a projeção para o próximo ano é de R\$ 40 bilhões. Aí, vem o Presidente da República e diz que ninguém pode abrir mão da CPMF em um Governo. Ora, vamos entender, como já disse uma vez: o que é o orçamento do Governo, seja municipal, estadual ou federal?

Você estima a receita e fixa a despesa. Este ano, Deputado Dobrandino, devemos ter um superávit de R\$ 60 bilhões. Se retirarmos os R\$ 38 bilhões da CPMF, ainda teríamos um superávit de R\$ 22 bilhões para o Governo Federal. Então, não venha o Governo Federal querer dizer que sem a CPMF ninguém administra!

O professor Simão, da Universidade de São Paulo, participou de outro estudo realizado pela FIPE, que é a Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas, que comparou os tributos indiretos, entre eles a própria CPMF, com diferentes rendas familiares. A conclusão foi que proporcionalmente a parcela mais pobre da população paga mais imposto indireto do que a mais rica. É totalmente errado o que está sendo colocado, que a CPMF vai ser para o pobre, que ela é um carrasco. Para o Governo, a prorrogação do tributo beneficia os mais pobres. Segundo dados da FIPE, famílias que ganham até 2 salários-mínimos gastam 45,8% da renda com tributos indiretos; já os que ganham mais de 30 salários-mínimos

gastam 16,4%; entre as famílias que ganham de 2 a 3 salários-mínimos o gasto é de 34,5%. Então, são os estudos não feitos por nós, mas estudos feitos por especialistas na área econômica. Então, não venha o Governo querer dizer que precisa da CPMF para administrar o nosso país, já que a CPMF, que foi criada para a finalidade da saúde, não está sendo aplicada.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Elio Rusch, a CPMF imagino que vai ser aprovada, infelizmente, mas vai ser aprovada. Vejo o empenho do Presidente da República, empenho pessoal. Tudo isso valeria a pena, Deputado Elio, se o Governo Federal tivesse um controle rigoroso dos gastos do dinheiro público. Mas o que vemos, na verdade, não é isso aí. Quantos escândalos assistimos há pouco tempo atrás: é mensalão, é sangue-suga, tudo dinheiro arrecadado do dinheiro brasileiro. Então, esse Governo não tem, na verdade, um controle dos gastos do dinheiro do povo, porque não adianta dizer quanto arrecadou, tem que dizer como gastou, aonde gastou o dinheiro do povo brasileiro.

Por isso, acho que esse esforço do Governo, que deverá passar a chamada CPMF, infelizmente não se pode aprovar, porque o dinheiro, infelizmente, grande parte é jogado no ralo da corrupção.

Obrigado pelo aparte.

Essa ingratidão quando vem um Deputado querer distorcer os fatos, falar em execução, quando nada sabe?

Essa Syngenta foi invadida 3 vezes. A Justiça concedeu liminar 3 vezes e este país não tem ordem, não tem responsabilidade, porque ninguém cumpre absolutamente nada. Então, uso este espaço, indignado, por ouvir certos comentários, argumentos irresponsáveis que não têm base legal nenhuma e que sustentam a malandragem.

O Deputado Elton deve estar sabendo onde está aquele foragido, para onde foi. Deve estar no exterior. Deve estar sabendo, inclusive, quem está sustentando essa pessoa no exterior. Deve estar sabendo, também, a senhora, a líder que organizou a baderna, onde ela está. A Polícia, o COPE não os encontram em lugar algum, mas encontram um trabalhador que tem casa, que tem residência fixa, que tem moradia, que tem emprego legal, que trabalha numa empresa legal, esses eles acham e estão presos, ilegalmente, até porque essa liminar não se sustenta, essa ordem de prisão não se sustenta. Por isso, a minha indignação.

Quero agradecer V. Exa. por me conceder este espaço, negado pelo Deputado Elton Welter. Queria travar um diálogo mais democrático, educado, mas, infelizmente,...

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Quanto tempo tem a Liderança da Oposição?

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Gostaria que V. Exa. me assegurasse o aparte porque está comigo. O Deputado Elton Welter, que não teve a capacidade de me conceder um aparte, agora fica interferindo no meu pronunciamento. Se o Deputado tivesse ética coerência, nem pediria este aparte, porque deveria ter feito quando estava ao microfone. Agora, fica tentando me atrapalhar.

Sr. Deputado Elio Rusch, quero dizer a V. Exa. que, infelizmente, o Brasil está governado desse jeito e sustentado por pessoas irresponsáveis que não honram aquilo que querem. Aí vamos ouvir falar em financiamento de campanha. As Câmaras Municipais são caras, as Assembléias são caras, a Câmara Federal e o Senado são caros. O povo não agüenta mais e ainda vai ter que sustentar, financiar campanhas de pessoas que, muitas vezes, não têm a dignidade de representar os seus cargos.

Ora, Srs. Deputados, desculpem o meu desabafo mas estou usando este momento para que possamos esclarecer alguns fatos, muitas vezes, mal explicados. Então, fica aqui o meu registro e o meu agradecimento, Deputado Elio Rusch, por V. Exa. conceder este aparte.

Não deu tempo de falar das mudanças políticas e econômicas que o Presidente Lula e o PT querem fazer, mas que não se sustentam porque estão buscando a cópia lá no Hugo Chávez e o Hugo Chávez não se sustentou porque a população disse não, e se a população disse não bateu um frio na barriga daqueles que estão sonhando com o terceiro mandato.

Obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Elio Rusch, seu tempo está esgotando. Peço que V. Exa., sem apartes, termine o vosso pronunciamento, que já se esgotou.

#### **O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Agradeço à presidência e peço escusa ao Deputado Júnior pelo fato de não poder conceder um aparte. Na verdade, o Presidente foi bem benevolente conosco.

Só gostaria de dizer o seguinte: quando falam em movimentos sociais, quando acusam os seguranças que estavam na fazenda Syngenta, eu pergunto: o que o Kenun, aquele que foi morto, que fazia parte do movimento, estava fazendo lá? Quem é ele?

Sabem quem é ele? O Deputado Welter sabe muito bem. Ele era funcionário da FUNPAR. A FUNPAR é daqui de Curitiba. É uma fundação da Universidade Federal do Paraná e o funcionário da FUNPAR é que estava lá no oeste do Paraná invadindo a Syngenta. O que é que ele estava fazendo lá? Fica a pergunta no ar e cada um que tire suas conclusões.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Kielse.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Peço um aparte antes de você começar, Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

(Risos)

Sobre o assunto que vou tratar.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Não sei nem qual é o assunto, mas me permita usar o seu horário.

### ***Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Concedo na seqüência.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos tratando de um assunto muito delicado, que demove muitas discussões.

Trago um assunto totalmente diferente a esta tribuna, e também com a mesma importância e o respeito que temos aos professores do estado do Paraná, os estaduais e municipais, a todos os Deputados e Deputadas que estão aqui falando, também aos Deputados Péricles de Mello e Caíto Quintana.

Recebemos ontem uma comissão de professores das regiões central e noroeste, tratando do conflito entre a VIZIVALE e o IESDE, falando em nome de 35 mil formandos, repito, 35 mil formandos, sendo que cada formando pagou uma média de R\$ 4 mil e 500 durante o período de 3 anos, somando todos esses valores, a cifra de R\$ 120 milhões. Se eu estiver errado, nosso companheiro, futuro prefeito de Pinhais, aqui, refaça a conta para mim. São R\$ 120 milhões que a VIZIVALE e o IESDE conquistaram de 2004, virando 2005, até 2007.

Milhares de professores que estão até o momento iludidos, enganados, que foram, de certa forma, induzidos ao erro. Muitos desses professores fizeram os concursos públicos municipais e também o concurso público estadual, passaram nesse concurso e esta semana terão a prova de títulos. Dentre os títulos, estaria então o diploma do IESDE com a VIZIVALE.

Pasmem, meus companheiros, visualizo o maior drama da educação do estado neste momento. Duzentas e vinte prefeituras estão tentando tirar a promoção que deram, há 2 anos atrás, a esses professores, que se formaram pelo IESDE, que se formaram pela VIZIVALE e outras faculdades que estavam envolvidas. Para piorar ainda mais, os professores estão sendo inquiridos a devolver a diferença salarial que receberam em Foz do Iguaçu. Isso significa um prejuízo institucional, moral, psicológico, alguns já posso dizer psiquiátrico, porque uma professora que esteve comigo, ontem, Deputado Dobrandino, estava totalmente transtornada, dizendo que o IESDE está forçando uma situação, que a responsabilidade não é dele, do instituto, que a responsabilidade não é da VIZIVALE. De quem é a responsabilidade, então?

Um instituto que deveria ter a grade de conhecimento, como uma faculdade, que temos profundidade no assunto, que leva 4, 5 anos para um reconhecimento de curso, vendeu para o Paraná e para o Brasil milhares e milhares desses diplomas que não foram entregues.

Por isso, estou encaminhando à Mesa Diretiva desta Casa, uma solicitação de uma comissão especial juntamente com dezenas de entidades e centenas de municípios, para que venhamos fazer uma mesa redonda com o Governo do Estado, aonde já falei com a Lygia Pupatto, nossa Secretária da Ciência e Tecnologia, com o Presidente da Comissão de Educação, com os Conselheiros da Comissão de Educação junto à Secretaria de Estado. Mas, os professores que na semana que vem terão que apresentar esses diplomas - os quais nem sequer foram confeccionados, porque o MEC não autorizou lá em Londrina, lá em Colombo - quantas centenas de milhares de diplomas perdidos.

Concedo aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

**O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Na realidade, primeiro quero me solidarizar com o seu pronunciamento. Isso é um absurdo! Essas pessoas fizeram um curso de alguns anos procurando atingir classificação e também metas até para poder participar de concursos públicos ou progredir na sua carreira. E agora, passam por isso, é uma situação difícil, um caso de política. Esse pessoal tem que estar preso, assim como o pessoal da Via Campesina. Os Diretores, as pessoas que lideram a Via Campesina, e isso o pessoal do PT pode mandar o recado: não passam de vagabundos, um bando de bandidos, que usam pessoas simples e humildes com o máximo de manobras. Pessoas que precisam de apoio, que têm problemas graves para serem, resolvidos, que servem de massa de manobra para essas lideranças da Via Campesina.

Então, quero me solidarizar também com o pessoal da Syngenta, essa empresa que é perseguida politicamente, porque a sua área não serve para a reforma agrária, invadida várias vezes. E que o pessoal do PT leve esse recado para a Via Campesina: que não passam de uns vagabundos, que se não forem bandidos, agem como tal.

Muito obrigado.

**O Sr. Péricles de Mello (PT)**

Acho que é muita petulância do Deputado que me antecedeu achar que o PT é “menino de recados”, da sua ideologia reacionária e conservadora. O PT não se presta a isso, não, Deputado. Tenha mais respeito com o partido que acolheu o seu pai como Ministro.

**O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)**

Meu pai é uma pessoa, eu sou contra. Que fique muito claro isso.

**O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)**

Deputado Kielse, o senhor sabe que entrei com um projeto de lei depois de uma conversa com a Secretária da Ciência e Tecnologia, professora Lygia. Também uma

reunião com a liderança da Casa, com a Comissão de Educação, determinando que a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a UNICENTRO registre os diplomas daqueles professores, são em número de 10 mil, que fizeram curso da VIZIVALE e no momento que entraram no curso obedeciam ao pré-requisitos de estarem no efetivo exercício do magistério.

Há um consenso geral no estado do Paraná sobre essa proposta. Os problemas são aqueles mais de 25 mil estagiários e voluntários. E aí, uma interrupção que a VIZIVALE e IESDE entendem que exercício do magistério não significa ser concursado ou ser professor em outro sistema. Então, acho que o estagiário também podia se enquadrar. Então, na questão complexa, acho que o senhor está correto em abrir essa comissão, vou participar junto para aprofundarmos cada vez mais.

O Deputado Caíto Quintana pediu vistas ao processo na CCJ e por isso não foi votado. O Deputado tem a seguinte perspectiva, se preocupa com mais de 25 mil estagiários e ele entende que se aprovarmos apenas para os 10 mil ficaria mais difícil resolver a questão do restante. Então, estamos propondo com o Deputado Caíto ir até o Ministério da Educação, sensibilizar o Ministro, porque todos fizeram o curso. Algumas contradições, se todos nos unirmos vamos conseguir um consenso sobre isso, para que possamos resolver o mais depressa possível a situação de quase 30 mil paranaenses que ainda não têm seus diplomas registrados.

Muito obrigado.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, queria que tivéssemos, naturalmente, a equidade de sempre, até por conta que obviamente a Liderança da Oposição utilizou largamente o espaço e muito mais minutos do que o necessário, mas V. Exa. é um Presidente que sempre tem se mantido com absoluto equilíbrio e tem promovido o debate.

Quero dizer, Deputado, que o tema que V. Exa. aborda é importantíssimo. Aliás, há um projeto de lei que deverá constar da Ordem do Dia de amanhã, pelo menos da CCJ, para que possamos encaminhar uma solução para este tema, já bem discutido com a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, professora Ligya Puppato, e que poderá ter através da UNICENTRO, da UEPG uma solução...

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

E a UNIOESTE também.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

...uma solução para esses alunos. V. Exa. está acompanhando o tema.

A verdade é que não é um problema simples de ser resolvido, mas são mais de 30 mil pessoas que acabaram fazendo um grande esforço, foram, enfim, privilegiados

no sentido de poder ter experimentado o ensino a distância que, inegavelmente, é uma grande evolução, especialmente do processo pedagógico do ensino superior e, certamente, da maior importância que esta Casa possa votar a lei e dar as condições legais, o diploma legal, o Governo Requião tomar as decisões importantes para poder resolver essa situação.

Depois a questão, se houve estelionato ou não, cabe naturalmente à esfera policial a apuração de eventual delito cometido por alguém, mas que o tema tem que ser resolvido tem, porque se não de fato ficamos com as pendências. Daqui a pouco haverá uma manifestação dos alunos, imagina se vierem 30 mil aqui ou se forem lá próximo de Cascavel, muito provavelmente a mesma Juíza Federal que concedeu a medida de reintegração de posse da Syngenta, foi a que concedeu o mandato proibitório contra os Parlamentares desta Casa, contra mim e contra o Deputado Anibelli, a mesma Juíza que concedeu as 2 medidas. Ou seja, efetivamente estou colocando isto porque daqui a pouco virão aqui os alunos fazer manifestação, ou lá, e poderá ter interdito proibitório contra também os alunos que formados já querem ter acesso ao diploma.

Mas, é importante o pronunciamento para que esta Casa vote ainda neste término de Sessão Legislativa esse projeto de lei extremamente importante para poder tentar encontrar uma solução a partir das nossas universidades estaduais.

Por isso penso que o pronunciamento de V. Exa, utilizando inclusive o Horário da Liderança do Governo, é extremamente importante, que esta é a posição do Governo.

Obrigado, Deputado.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB) (Aparte)**

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que ainda o IESDE e a VIZIVALE agravaram mais a situação. Além de não concederem os diplomas à primeira graduação, em cima desta graduação fizeram uma pós-graduação, vendendo mais cursos àqueles que nem sequer receberam o primeiro diploma, venderam a sequência do curso.

Por isto, meu companheiro Willian, o estelionato é total, mas...

**O Sr. Caíto Quintana (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Kielse, estava ouvindo o que disseram os Deputados, que realmente V. Exa. toca num assunto sumamente importante. Um assunto que estamos tratando com cuidado e com receio até, porque as colocações de V. Exa. são verdadeiras.

No entanto, quando pedi vistas do projeto do Deputado Péricles, é que o projeto do Deputado Péricles é uma reprodução daquilo que diz o Ministério da Educação e o que existe é uma contradição entre o conselho estadual e o conselho federal, de quem é a capacidade para fornecer esses diplomas.

A aprovação pura e simples dessa lei pode ser que seja uma solução depois que gastar a última cartada. Só que por esta lei para regularizar a questão de mais ou menos 10 mil pessoas, vão ficar 30 mil pessoas com curso complementado, porque a diferença de um curso universitário é que este não existe mais. Quem fez, fez. Quem não fez, não vai fazer. E é mais do que V. Exa. está preocupado, porque existem prefeituras que já deram promoção para professores que fizeram esse curso. Muitos professores substitutos, estagiários fizeram o curso e esses são terceiros de boa-fé.

Temos tratado junto com o Deputado Péricles, que é Presidente da Comissão de Educação, com a Secretária, com o Presidente da Associação de Municípios e o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, e eu quero que V. Exa. faça parte para que façamos uma Audiência com o Ministério para tentar resolver o problema de todos, porque é impossível desconsiderar esse fato hoje, é impossível deixar 30 mil pessoas que foram lá, pagaram matrícula, pagaram o curso, fizeram o curso e agora, no momento que legalizados os 10 mil eles vão se sentir excluídos do processo. É bom levantar esse assunto e eu gostaria de conversar mais sobre ele com V. Exa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Para concluir, Sr. Presidente, só afirmar que o rito processual junto ao MEC, tanto do IESDE quanto da VIZIVALE são totalmente equivocados, nós conhecemos porque fui Relator como foi o Plano Vicinal de Educação de 1993 e acompanhei a LDB nacional de 1995, eles fizeram o contrário do que deveriam ter feito: primeiro, ter autorização do MEC ou do Conselho Estadual ou Nacional de Educação, aí sim ministrar os cursos. Hoje vamos ter dificuldade, inclusive para as universidades públicas, Deputado Péricles de reconhecer um curso que eles não acompanharam como foi aplicado e eu dou razão às universidades, porque olhar a grama do vizinho sem saber como ela foi plantada e fazer um julgamento, a dificuldade vai ser muito grande!

Quero aproveitar este espaço e registrar a presença do futuro Presidente do Curitiba Futebol Clube, Domingos Moro, que está aqui na Liderança do PMDB; agradecer a família Kalluf que está aqui também e torcendo que neste domingo tenhamos a maior, a melhor e mais emocionante eleição do Curitiba, o maior time do Paraná.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero registrar com alegria a presença do Dr. Sérgio Lucena, Vice-Prefeito de Cidade Gaúcha, na companhia do Vereador Danilo e do Vereador Amaral. Aliás, Cidade Gaúcha vai ter neste final de semana o campeonato estadual de prova de rodeio de laço crioulo. É um prazer receber esses companheiros aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Requerimento nº 3711, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Cleiton Kielse, Beti Pavin, Artagão Júnior e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 12 de dezembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 781/07 e 811/07, Mensagens nºs 050/07 e 054/07. **Recebido; protocole-se; decorrido o prazo regimental de 24 horas, incluir na pauta para deliberação. À Diretoria Legislativa, para providências.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, veja bem, amanhã vamos votar a constitucionalidade do projeto, na 2ª votação que deverá ocorrer, ou amanhã à tarde ou então na quinta-feira, depende dessa presidência decidir. Então, o nosso requerimento, até por acordo, é que há necessidade de transformar o Plenário em Comissão Geral, agora a Mesa que tem que decidir se a 2ª votação entre amanhã e na quinta vamos fazer a Comissão Geral no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa só pode colocar em votação 24 horas após ele ser recebido. Registra-se o recebimento, decorrido o prazo regimental coloca-se em pauta, que seria amanhã esse requerimento para ser decidido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de colocar a nossa posição. Sempre nos posicionamos contra a transformação em Comissão Geral, mas como temos a questão do IPVA, o orçamento para votarmos em 3 dias que será na semana que vem, não obstruiremos a votação da Comissão Geral, se isso acontecer a partir de segunda-feira. Amanhã vota-se a constitucionalidade da CCJ, terça-feira vem em 2ª. Teremos oportunidade, porque teremos as emendas, na quinta-feira entramos com as emendas. Na segunda-feira temos uma Sessão Extraordinária da CCJ, votamos as emendas na CCJ. Aí sim transforma-se em Comissão Geral até o término dos trabalhos. Este é o meu entendimento, o entendimento com as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exas. terão que entrar em entendimento. Mas todo caso, antes de decorrido 24 horas não se pode colocar na pauta. Aguardamos o entendimento de V. Exas.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB)

Como Líder fui convidado para uma reunião da Mesa junto com o Líder da Oposição, Valdir Rossoni, e fizemos um calendário em função das matérias importantes que temos que votar antes de encerramos esse período.

Considerando que quarta-feira, dia 19, será feriado estadual de Emancipação Política do Estado do Paraná, terça-feira será dedicada a Sessão Especial de inauguração do início das transmissões da TV Sinal. Segunda-feira, dia 17, será o último dia de Sessão para votarmos, inclusive, o orçamento. Quarta e quinta-feira votaríamos todas as matérias votaríamos inclusive em 1ª discussão também o orçamento e PPA. Segunda-feira terminaríamos de votar o orçamento e o PPA. Foi esse o entendimento que tive da conversa com o Presidente Nelson Justus. O sentido do pedido de transformação geral é nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Entendo a divergência que está havendo com relação ao acordo. Mas, o requerimento protocolado por V. Exa. está recebido, amanhã está na pauta e cabe o entendimento para aprovar ou não. Não há porque antecipar a discussão para hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A verdade é o seguinte: há o entendimento de nós encerrarmos as Sessões na data prevista regimentalmente. Como isso poderia acontecer? Transformando o Plenário em Comissão Geral a partir de segunda-feira. Não vejo necessidade de transformar na quinta-feira, até porque quinta-feira é um dia de pouca presença. Estarei aqui, mas não fruto de um entendimento. A partir de segunda-feira tem o meu voto e espero ter o apoio dos Srs. Parlamentares de Oposição. Segunda-feira apoiamos, aprovamos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Segunda-feira é o último dia de Sessão, porque terça-feira está marcada a inauguração da TV Sinal e teríamos uma Sessão Solene.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A inauguração da TV Assembléia é importante, mas não pode prejudicar os trabalhos da Casa. É mais importante a discussão do IPVA, do orçamento. Teremos discussões na questão do orçamento. Sabe qual é o meu temor? É de que marque-se hora para inaugurar o início dos trabalhos da TV e tenhamos que prejudicar o debate. Aí não! O que estamos concordando sim é transformar em Comissão Geral a partir de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente.

Indicação nº 386/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o colégio Estadual Tancredo Neves no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3691, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo no dia 12 de dezembro de 2007, na audiência com o Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, onde estará reivindicando para o estado do Paraná, a Universidade Federal da Mesorregião e em solenidade com o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, onde estará anunciando as novas universidades federais em todo país, a serem realizadas em Brasília/DF. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3704, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante de expediente, solicitando a realização de Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Sr. Deputados:

### ***2ª Discussão (Proposição)***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/07. Proposta de emenda à Constituição do estado. Na forma do substitutivo geral da comissão especial de reforma à constituição. Autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Acresce o parágrafo 7º, ao artigo 77, da Constituição Estadual. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.**

Em votação.

Convido o 1º Secretário que proceda à chamada nominal já que a presente proposta foi submetida em 2 turnos de discussão, sendo segundo este e com interstício de 5 Sessões e que foi cumprido e será aprovada e proposta pelo processo nominal que obtiver 3/5, no mínimo 33 votos. De forma que os Deputados que forem favoráveis à proposta deverão responder com a expressão SIM, e os contrários com a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quarenta e dois Deputados responderam com a expressão SIM.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Queria registrar meu voto SIM também.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, também gostaria de registrar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. São 44, o projeto está **aprovado**.

## **Redação Final**

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 624/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a concessão de bolsa auxílio aos estudantes universitários indígenas, com base na Lei nº 13134 de 18 de abril de 2001, e alteração posterior. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 624/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a regulamentar a concessão de bolsa-auxílio aos estudantes indígenas que tiverem seu ingresso nas Universidades Públicas Estaduais do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 748/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 030, de 13 de setembro de 2000, e nº 37, de 12 de junho de 2002, e estabelece outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/07, de 22/10/07, em Projetos de Lei)**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 748/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica definido o limite de 50 (cinquenta) salários mínimos para as obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, com redação introduzida pelas Emendas Constitucionais nº 030, de 13 de setembro de 2000, e nº 37, de 12 de junho de 2002.

Parágrafo Único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento será feito sempre por meio de precatório, sendo facultada à parte exequiente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º As obrigações já inscritas em precatórios e que satisfaçam o disposto no artigo 1º desta lei serão pagas no prazo máximo de um ano, observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º Na hipótese do precatório já ter sido incluído no orçamento do estado do Paraná, será considerada obrigação de pequeno valor aquela que, respeitado o limite de cinquenta salários mínimos, seja atualizada conforme o parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição Federal.

## **2ª Discussão**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 812/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que institui, no estado do Paraná, o dia da agricultura familiar, a ser comemorado anualmente no dia 24 de julho, passando a integrar o calendário oficial do estado. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 034/07, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o ressarcimento, das despesas dos senhores Deputados, mês de novembro de 2007. Resolução nº 003/04. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

## **1ª Discussão**

### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Mário Fontana, o viaduto das Rodovias PR-585 com a BR-467, Rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu e Toledo - Cascavel. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 254/07

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Duílio Genari, denomina Mário Fontana, o viaduto das Rodovias PR-585 com a BR-467, Rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu e Toledo - Cascavel.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, com relação ao artigo 9º, cláusula revogatória.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO PROJETO 254/07

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 254/07

**P A R E C E R :**

**Apresentação**

O plano de lei, ora em análise, é de autoria do nobre Deputado Duílio Genari, denominando de Mário Fontana o viaduto das Rodovias PR-585 com a BR-476, Rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu - Cascavel.

**Fundamentação**

Esta comissão a se pronunciar, de acordo com o que determina o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Contido, devemos observar que a matéria tem seus méritos e encontra-se devidamente justificada. Ressalta-se, que a aprovação de tal proposta, levará a tona o nome de uma pessoa notável e reconhecida pela comunidade de Toledo, elevando as memórias deste empresário que tanto contribuiu para o Paraná.

Quanto a legalidade, não se faz necessário fundamentação, já que o projeto atende o artigo 24, VII da

Constituição Federal. O mesmo também mostra-se acordado com a Lei Complementar nº 095/98 e por não trazer nenhum prejuízo ao estado, nos quesitos de recursos financeiros.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em questão, opinando-se pela sua aprovação e o envio ao Plenário para a devida decisão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que concede o título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná, a sua santidade o Papa Bento XVI. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/04/07, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 350/07

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, a Sua Santidade o Papa Bento XVI. Pois, consoante o nobre Parlamentar subscritor, entende-se que a homenagem pretendida obedece aos anseios de todos os segmentos da Sociedade Paranaense.

**Fundamentação**

A Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001, alterada pela Lei nº 14677 de 06 de abril de 2005, dispõe a respeito dos requisitos necessários para que se possa conceder o Título de Cidadão Benemérito ou de Cidadão Honorário. Desta forma, preconiza a mencionada lei:

*Art. 1º - O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

Consoante a justificativa apresentada no projeto, pode-se constatar que os requisitos exigidos pela citada lei foram atendidos. No tocante à legitimidade para a proposição do projeto em questão, vejamos o disposto na Lei nº 13115/01, alterada pela Lei 14677/05:



*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo Títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.*

Diante do dispositivo acima transcrito, verifica-se que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. Ainda, verifica-se, conforme documento anexo, que a proposição encontra-se dentro da quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Todavia, tendo em vista que o título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná é concedido ao cidadão natural deste estado, a fim de adequar o presente projeto ao correto título, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

#### **Conclusão**

Assim, diante da legalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 350/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

*Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sua Santidade o Papa Bento XVI.*

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Duílio Genari, Mauro Moraes, Douglas Fabrício, Nereu Moura e Pastor Edson Praczyk.

Em discussão. Em votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só queria pedir a V. Exa. para que nossos Pares votassem favorável, porque esta honraria a Assembléia Legislativa, já concedeu há muitos anos ao Papa João Paulo II. E com Sua Santidade, quando veio ao Brasil, o Papa Bento XVI, transformou novamente nossa religião católica, nossas orações, nossas famílias, principalmente nesta época de Natal. Queríamos mostrar ao

povo paranaense que somos católicos, crentes, e respeitando muito a Igreja Católica.

Então, pediria o voto favorável para que esta Casa proceda da mesma maneira, reverenciando o Papa Bento XVI. Em homenagem à toda a população do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Apenas para deixar registrado, acho que o Deputado Anibelli tem todo o mérito em apresentar o projeto. Só tenho uma preocupação: como este título será entregue ao Papa? Porque eu sei que o Deputado Anibelli, na outra ocasião, parece que foi inclusive a Roma.

Esta é a pergunta que eu gostaria de fazer, não sei se o Deputado Anibelli poderia responder: como será entregue e às custas de quem? Obviamente será às custas do Deputado Anibelli, mas acho que é preciso que deixemos isto bastante claro aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Com vossa aquiescência, respondo que se eu tiver o privilégio de merecer a honraria de, em nome desta Casa, como autor, ir à Roma, será às minhas expensas e quem assim quiser ir, como V. Exa., Deputado Tadeu Veneri, quando vai a Brasília não sei se requer diária. Então, pergunto à Presidência se o Deputado Tadeu Veneri recebe diária quando vai a Brasília.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não vou entregar título para o Papa em Brasília.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Mas pode ir para o Lula.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem. O Deputado já esclareceu.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas o Deputado Anibelli fez uma pergunta e vou responder.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Deputado Anibelli esclareceu como seria entregue o título.

Peço ao 1º Secretário para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)  
**(Inicia a chamada nominal)**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Exa., pela ordem.

**(Assentimento)**

O nobre Deputado Antonio Anibelli acabou de ter uma idéia genial que acho que parece que vale a pena registrar. Disse que se o Presidente Lula emprestar o Aerolula, ele arruma até o combustível.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)  
(**Continua à chamada nominal**)

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

O Deputado Anibelli já me passou que haverá uma correção no texto por não ser Cidadão Benemérito e sim Honorário. Benemérito é quando é nascido em nosso estado. Isso já foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Haverá emenda em 2ª discussão para reparar o erro.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)  
(**Continua à chamada nominal**)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só queria dizer que o Deputado Tadeu Veneri fez uma consideração aqui, mas acho importante que quando um companheiro apresenta um título aqui, acho que por mais diferenças que tenhamos, temos que favorecer e valorizar aquele companheiro que está apresentando o título. Pelo menos tenho me portado assim!

Quanto à questão da entrega, Deputado Anibelli, até se V. Exa. fosse entregar o título com diária da Assembléia, estaria indo bem, porque estaria representando algo que é do povo. Recentemente, quando o Papa tomou posse em Roma, o ex-Bispo de Ponta Grossa foi a Roma no Aerolula, com dinheiro do povo brasileiro, e viajou. Então, acho que era justo que V. Exa. pudesse levar esse título em nome da Casa. O meu voto é favorável em homenagem ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)  
(**Procede à chamada nominal**)

Sr. Presidente, responderam à chamada 38 Srs. Deputados. Trinta e oito Deputados votaram com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está **aprovado**.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/07. Fica transferido ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na Av. Sete de Setembro, nº 891, esquina com a R. Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da comarca de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/07, de 28/08/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 629/07

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/07 o presente projeto de lei visa transferir ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na Av. Sete de Setembro, nº 891, esquina com a R. Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da comarca de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 629/07

P A R E C E R :

#### Relatório

O imóvel da SERLOPAR passa para o patrimônio do estado do Paraná.

A lei 15521/07 que trata da extinção da autarquia tem regulamentação sobre a destinação de patrimônio contido no seu artigo 3º.

#### Parecer do Relator

Conforme identificado cumpre-se os tramites legais para efetivar transferência do patrimônio. O parecer é favorável e pede pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/07, de 05/09/2007, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 652/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 e a sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí.

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça entende que a matéria pode merecer a aprovação dos senhores Deputados, tendo em vista que não se

pretende tirar a competência do Sr. Governador de legislar sobre o assunto e não fere, também, a autonomia dos municípios, pois existe vontade, segundo o autor do projeto, da prefeitura e dos munícipes para a estadualização do trecho citado.

Lembramos, também, que os projetos de lei nºs 078/07, 336/07 e 470/07, que tinham o mesmo objetivo, já receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Sendo que o Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, resultou em Lei nº 15510, de 31 de março de 2007.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 652/07

P A R E C E R :

#### **Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí.

#### **Fundamentação**

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

De igual modo, deve-se ressaltar que a matéria ora em análise, encontra-se amplamente justificada. Por outro lado, ressalte-se, que a aprovação de tal matéria, irá contribuir de forma decisiva, com o desenvolvimento do nosso estado, nas áreas destinadas à criação de gado de leite e de corte, bem como da exploração de outras atividades do campo. Além do mais, o distrito de São José do Ivaí, vem destacando-se no cenário agropecuário como um dos maiores produtores de arroz do estado. Ressalte-se, ainda, que o percurso, objeto da proposta é de apenas 10 km.

#### **Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em questão, opinando-se pela sua aprovação e o devido envio ao Plenário para a decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/07, que altera a redação da Lei nº 14698/05, que autorizou a doação, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de dois imóveis localizados no município de Cascavel, os quais serão utilizados para fins de programa habitacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/2007, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 676/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a alterar a Lei nº 14698/05, a qual fez doação de imóvel ao município de Cascavel, estabelecendo que este será utilizado, exclusivamente, para edificação de moradias de interesse social e caso se comprove uso distinto deverá retornar ao patrimônio do estado.

#### **Fundamentação**

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

O presente projeto tem o intuito de alterar o artigo 2º da Lei nº 14698/05, quando se trata de alteração legislativa, verificamos qual é a competência para legislar. No caso em tela, observamos que conforme preceitos da lei acima referida, tem o Poder Executivo tal prerrogativa, por se tratar de doação de imóvel público a município do estado.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta Comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 676/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a definição da finalidade da doação do imóvel doado, sob pena de retornar ao patrimônio estadual.

Aos 7 de novembro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

LEI Nº 14698 - 18/05/2005

Publicado no Diário Oficial nº 6979 de 19/05/2005

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a proceder a doação, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, dos imóveis que especifica, localizados no município de Cascavel.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

(...)

*Art. 2º Os imóveis referidos no artigo 1º deverão ser utilizados exclusivamente para fins habitacionais - programa Casa do Servidor, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.*

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 18.05.05.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltina do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/07 de 17/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 686/07

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltina do Paraná.

Em análise ao projeto ora citado, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 686/07

P A R E C E R :

**Apresentação**

O plano de lei, ora em análise, é de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, e objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia que liga o Patrimônio de Gauchinha à Sede do Município de Planaltina do Paraná.

**Fundamentação**

Esta Comissão chamada a se pronunciar, de acordo com o que determina o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Por outro lado, devemos observar que a matéria é altamente meritória e encontra-se devidamente justificada. Ressalta-se, que a aprovação de tal proposta, trará, sem sombra de dúvidas, inúmeros benefícios aos moradores das áreas envolvidas. Observe-se ainda, que a região é responsável pela produção de 25% (vinte e cinco) por cento dos grãos em todo o país.

Assim sendo, é necessário que o Governo do Estado, seja responsável pela conservação do trecho acima mencionado. Desta forma o município poderá, carrear estes recursos para as áreas da educação e saúde, dentre outras.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em questão, opinando-se pela sua aprovação e o devido envio ao Plenário para a decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Prefeito Paulino Stédile, o trecho da Rodovia PR-562, do município de Coronel Vivida até Honório Serpa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/07 de 26/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 695/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 695/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, objetiva denominar Prefeito Paulino Stédile trecho da PR-562, que liga os municípios de Coronel Vivida e Honório Serpa, no sudoeste do Paraná.

Baixando em diligência à Secretaria de Transportes, o projeto em análise retornou com a informação nº 032/07-DOP/CGM do DER, dando conta tratar-se do trecho 562S0005EPR, com extensão de 25,93 km, que liga o município de Honório Serpa ao Entroncamento da BR-373, para Coronel Vivida e que até o momento não existe denominação para o trecho, não havendo impedimento, portanto, para a aprovação do presente plano de lei.

Observado assim o preceito da Lei nº 8761/88, bem como a técnica legislativa disciplinada pela Lei Complementar nº 095/98, diante da constitucionalidade aferida, esta comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 695/07

P A R E C E R :

**Apresentação**

O projeto de lei, ora em análise, é de autoria do nobre Deputado Antonio Anibelli, e tem por objetivo denominar de Prefeito Paulino Stédile, o trecho da Rodovia PR-562, do município de Coronel Vivida até Honório Serpa.

**Fundamentação**

Esta Comissão chamada a se pronunciar, de acordo com o que determina o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Devemos observar que o referido projeto, homenageia uma grande personalidade que nunca fugiu dos valores morais de um homem público.

De igual modo, deve-se salientar que não existe denominação para o trecho requisitado da rodovia.

Sendo assim observa-se o preceito da Lei nº 8761/88, que trata dos requisitos para denominação de rodovias, como também, a técnica legislativa, em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em questão, opinando-se pela sua aprovação e o devido envio ao Plenário para a decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3666, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3686, de autoria dos Deputados Elton Welter e Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3687 a 3689, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3692 a 3698, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3700, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3703, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3705, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3706 e 3709, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3707, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, com apoio dos Deputados Dr. Batista, Artagão Júnior, Douglas Fabrício e Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3708, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3710, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3712, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**Encerramento da Sessão**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria da Deputada Cida Borghetti, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 646, 647, 492 e 612/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 286/06, 394/07 e do Projeto de Lei Complementar nº 716/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 123/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254, 286, 350, 394, 629, 652, 676, 686 e 695/07; do Projeto de Lei Complementar nº 716/07 e do de Lei nº 781/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272, 706, 732, 798 e 811/07.

Levanta-se a Sessão.



## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 161**

### **12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>31</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>31</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>31</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	

Redação Final.....	32
1ª Discussão .....	34
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>38</b>
<b>Publicações:</b>	
Atas de Comissões	
Redação .....	38
Obras Públicas, Transportes e	
Comunicação.....	40
Direitos Humanos e Cidadania..	40

### **DIÁRIO Nº 161**

### **12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2007**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Ribas Carli Filho.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson

Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Mamede e Waldyr Pugliesi (03).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

#### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

#### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 646/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Efetivo em vigência, acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme específica e adota outras providências. (criação da companhia independente portuária dos portos de Paranaguá e Antonina). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 646/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência na data da publicação desta lei, fica acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, de acordo com os quantitativos fixados nos Anexos I e II desta lei.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 2º O inciso III, do artigo 37, da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37...

III - Companhia Independente de Polícia Portuária (Cia Ind P Port - Pel P Port - Gp Port): encarregada exclusivamente do policiamento ostensivo preventivo repressivo e permanência em áreas portuárias, visando a proteção das atividades portuárias e a segurança dos usuários em geral.”

Art. 4º O aumento do efetivo, decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do estado.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

### ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

#### ANEXO I

Quantitativo a ser acrescido ao resumo dos quadros de oficiais da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM				1	1	3		5
QOBM								
QOS	PM Med							
	PM Dent							
	PM Bioq							
	PM Vet							
QOA/QEOPM								
QCPM								
QOE	Músicos							
TOTAL				1	1	3		5



## ANEXO II

Quantitativo a ser acrescido ao resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

GRAD. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1 - PRAÇAS PM	1	2	4	8	10	65	90
2 - PRAÇAS BM							
TOTAL	1	2	4	8	10	65	90

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 647/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Efetivo em vigência, acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme especifica e adota outras providências. (criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária).

**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 647/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na Lei de Fixação de Efetivo em vigência na data da publicação desta lei, fica acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, de acordo com os quantitativos fixados nos Anexos I e II desta lei.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 e o de Aluno-Oficial até o limite de 150.

Art. 2º O artigo 37, da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR), fica acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

“Art. 37...

XII - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC - Cia PEC - Pel PEC - Gp PEC): encarregado do patrulhamento escolar ostensivo preventivo e permanência em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atuando supletivamente na repressão a crimes e atos infracionais, visando a segurança dos alunos, a consultoria aos Diretores quanto à segurança e ainda a interação com a comunidade escolar e pais de alunos.”

Art. 3º O aumento do efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

## ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º

## ANEXO I

Quantitativo a ser acrescido ao resumo dos quadros de oficiais da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

QUADROS	CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		1	1	7	10	8	27
QOBM							

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOS	PM Méd							
	PM Dent							
	PM Bioq							
	PM Vet							
QOA/QEOPM								
QCPM								
QOE	Músicos							
TOTAL			1	1	7	10	8	27

## ANEXO II

Quantitativo a ser acrescido ao resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral da Lei de Fixação de Efetivo em Vigência

GRAD. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1 - PRAÇAS PM	2	4	5	15	30	117	173
2 - PRAÇAS BM							
TOTAL	2	4	5	15	30	117	173

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 492/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a isentar os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da contrapartida em convênios de profundo interesse social e/ou caráter estimulante ao desenvolvimento humano firmados com o Poder Executivo Estadual. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/07, de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 612/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

**1ª Discussão****ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Paulo Rogério Mudrovitsch de Bittencourt. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 054/06, de 26/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 286/06

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei em tela tem por escopo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Paulo Rogério Mudrovitsch de Bittencourt.

**Legitimidade**

A Lei nº 14677/2005, dispõe quanto à legitimidade dos partidos políticos para propor o título de cidadão benemérito, assim estabelecendo:

*Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projeto de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do estado do Paraná.*

*§ 1º Cada Partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

*§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 04 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura”.*

Assim sendo, no tocante a legitimidade, o partido político da proponente está dentro dos limites estabelecidos pelo artigo 1º da Lei 14677/05.

#### **Fundamentação:**

A respeito da concessão de título de Cidadão Benemérito, a Lei nº 13115/2001, dispõe o seguinte:

*Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

Portanto, no tocante ao mérito, nada há para opor quanto a constitucionalidade e legalidade do projeto.

Quanto a elaboração e redação deste projeto, informamos que o mesmo encontra-se em perfeita sintonia com a legislação pertinente.

#### **Conclusão**

O projeto de lei em tela é constitucional. De autoria da Deputada Cida Borghetti (PP), atende aos requisitos da Lei nº 14677/05 e da Lei nº 13115/01, estando perfeitamente adequado as Constituições Federal e Estadual e a legislação pertinente a técnica legislativa adotada.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal para votação do referido projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Procede à chamada nominal**)

Sr. Presidente, 38 Srs. Deputados votaram com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está **aprovado**.

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a construção de calçamento para pedestres e ciclovias nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias públicas onde haja, participação financeira do Governo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ,

COPTC e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/07, de 29/05/07).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 394/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O projeto de lei de autoria do Deputado Professor Luizão tem por escopo, a construção de calçamento para pedestre e ciclovias nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias públicas onde haja participação financeira do Governo Estadual.

#### **Legitimidade e Legalidade**

Inicialmente devemos destacar a Constituição Estadual que em seu artigo 53, VI, assegura que:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas.*

Neste contexto, deve-se destacar que o projeto em tela tem como foco, estabelecer critérios para as obras com participação financeira do Governo Estadual, vinculando-as à inclusa de calçamento para pedestre e ciclovias, caracterizando expressamente o planejamento e execução de política urbana.

É de se ressaltar a indispensável caracterização do interesse público da proposta, uma vez que a predominância dos problemas de circulação, de modo a incorporar dimensões econômicas e sociais normalmente não consideradas, bem como o alívio da crise de mobilidade que engloba as questões de transporte público e trânsito, exige soluções que superem sua análise fragmentada da questão. Nesse sentido, necessário o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. A matéria tratada neste projeto tem como foco o deslocamento das pessoas e não dos veículos. Dentre os objetivos deste projeto de lei, está a promoção da segurança do transporte por bicicletas e dos pedestres, nos deslocamentos urbanos, promovendo a integração ao sistema de transporte coletivo, além de estimular os meios não motorizados de transportes.

Diante dessas situações, verifica-se a plena condição de prosperar o presente projeto, haja vista que, não encontra contrariedade alguma a disposição estabelecida em razão de se tratar de matéria de iniciativa da Assembléia Legislativa.

No que tange à indicação da origem dos recursos, é de se salientar que o artigo 4º do projeto de lei em tela, que a inclusão do calçamento para pedestres e ciclovias valerá somente para as obras ainda não iniciadas na data da entrada em vigor da lei, ou seja, somente em obras que

seja possível a inclusão dos critérios ora previstos, de modo que o Poder Executivo poderá previamente formular a previsão orçamentária para a execução.

#### **Conclusão**

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 095/98.

Concluimos que o Projeto de Lei nº 394/07 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais no que concerne à competência para sua proposição, bem como atende os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do ora exposto, o parecer é pela aprovação e regular tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 394/07

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 394/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, objetiva a construção de calçamento para pedestres e ciclovias nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias públicas onde haja participação financeira do Governo Estadual.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, entende que a proposição objetiva diminuir os acidentes envolvendo pedestres e ciclistas, mas também estimular o ciclismo, a atividade física, a interação social, melhorar a circulação de veículos (preservando sempre o pedestre).

Sendo assim esta comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 394/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 394/07

#### **P A R E C E R :**

O nobre Deputado, Professor Luizão, está de parabéns pela feliz iniciativa de submeter à apreciação desta Casa, projeto que torna obrigatória a construção de calçamento e de ciclovia em todas as obras que recebam recursos financeiros do Governo do Estado.

Este projeto, virando lei, trará enorme benefício para os paranaenses das mais diferentes cidades, especialmente para pedestres e ciclistas. Há que se ressaltar, também, o

fator segurança, item importante com a implantação das duas obras exigidas pelo presente projeto.

Louvo a inteligência do ilustre Deputado, Professor Luizão, que, com a proposição em questão reafirma seu respeito com todos os cidadãos paranaenses.

Este projeto não causa nenhum impacto financeiro aos cofres públicos do estado, por isso meu parecer é pela sua aprovação, renovando a homenagem deste Relator ao Professor Luizão, que honra, dignifica seu mandato parlamentar.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que dispõe sobre o parcelamento dos débitos não-tributários, perante o Tribunal de Contas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 125/07, de 04/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 716/07

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, objetiva conceder a possibilidade de parcelamento das dívidas não-tributárias apontadas pelo Tribunal de Contas, beneficiando assim os municípios que não têm condições de quitá-las em um único pagamento.

##### **Constitucionalidade e Legalidade**

O nosso sistema constitucional, ciente da necessidade de uma fiscalização contábil, financeira e orçamentária imparcial e eficiente elaborou um sistema de controle externo, a ser exercido pela Assembléia Legislativa com auxílio dos Tribunais de Contas:

*Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete [...]*

Nesse sentido, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não está a ele subordinado, pois goza de autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme dispõe a lei orgânica (Lei Complementar nº 113 de 2005) que o regulamenta:

*Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente [...]*

Dentro, portanto da sua competência administrativa, o Tribunal de Contas do Estado, por meio de sua lei orgânica, estabelece que a restituição de valores indevidamente recolhidos pelos agentes públicos deverá ocorrer no prazo de 30 dias, ressalvando, porém, que lei estadual específica pode estabelecer formas de parcelamento da dívida imputada:

*Art. 92. Após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.*

*§ 1º Decorridos 30 (trinta) dias, após o decurso do prazo do caput deste artigo, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.*

*§2º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legislação específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio. (Grifo nosso)*

Destarte, em consonância com a legislação supracitada, o presente projeto objetiva justamente regulamentar a forma de parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário, de forma a facilitar sua quitação pelos municípios.

A legitimidade da proposta em exame demonstrase, pois, aferida, vez que a lei orgânica expressamente prevê a regulamentação das formas de parcelamento por meio de lei estadual específica.

Ainda, no que concerne a técnica legislativa empregada, observa-se, de igual modo, que a redação utilizada na proposta legislativa em apreço, está em plena conformidade com a Lei Complementar nº 095/98.

Finalmente, observa-se que foram propostas pelo autor do projeto, Deputado Waldyr Pugliesi, duas emendas, uma aditiva e outra modificativa, a fim de aprimorar o texto do projeto de lei em análise. Acerca destas, igualmente, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice legal que impeça sua aprovação.

#### **Conclusão**

Tendo em vista a plena conformidade do projeto de lei em análise com os ditames legais e constitucionais a ele concernentes, bem como diante da perfeita técnica legislativa aplicada, esta Comissão de Constituição e Justiça, opina, pela aprovação do projeto de lei em análise, na forma das emendas aditiva e modificativa apresentadas pelo autor.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI Nº 716/07**

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento dessa Casa, apresento a emenda aditiva ao presente projeto a fim de acrescentar o parágrafo 5º ao artigo 1º, que contará com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 5º A atualização monetária e juros, serão aplicados às parcelas vincendas ou vencidas de acordo com os índices oficiais praticados nos créditos tributários estaduais.”

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - PRESIDENTE  
RENI PEREIRA - RELATOR

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 716/07**

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento dessa Casa, apresento a emenda modificativa ao parágrafo 2º do artigo 1º do presente projeto, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 2º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito, tendo a concessão resultante caráter decisório.”

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - PRESIDENTE  
RENI PEREIRA - RELATOR

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 716/07**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 716/07, em análise, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, dispõe sobre o parcelamento dos débitos não tributários, perante o Tribunal de Contas do Estado.

Na Comissão de Constituição e Justiça, a proposição recebeu parecer favorável, na forma de emendas apresentadas pelo autor.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a medida visa proporcionar oportunidade aos devedores de quitarem seus débitos através de parcelamento, beneficiando principalmente municípios que encontra-se impossibilitados de satisfazer os débitos em pagamento único.

O autor apresenta nesta comissão emenda modificativa alterando a redação do Artigo 1º, a qual é recebida e tem nosso acolhimento.

Diante do exposto, esta comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, na forma da emenda acatada, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 716/07**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a seguinte emenda modificativa, passando o artigo 1º a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que constituirão crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagos em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme disposto nesta lei.”

Sala das Comissões, em 14.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 12, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/07; e do Projeto de Lei Complementar nº 716/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 811/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 329, 696, 763, 807 e 820/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atos de Comissão***

#### ***Redação***

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 301/07 e 327/07. Que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska

Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 065/07, 153/07 e 230/07. Que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 610/07 e o Professor Luizão relatou os Projetos de Leis nºs 611/07, 620/07 e 638/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati

apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 322/07, 525/07, 540/07 e 663/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 718/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 516/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões,

reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 618/07 e 662/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 736/07, 678/07 e 198/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 677/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 707/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 203/07, 623/07 e 675/07, e ao Projeto de Resolução nº 033/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei nºs 604/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata,

que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 626/07 e 767/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 424/07 e 700/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs



334/07, 608/07, 667/07, 697/07, 708/07, 727/07 e 774/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 425/07, 608/07, 785/07, 786/07 e 810/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

***Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reu-

niu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Dobrandino da Silva. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 818/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

***Direitos Humanos e Cidadania***

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**  
**E CIDADANIA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Deputados: Mohmad Ali Hanzé, Antonio Belinati e Reni Pereira. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 325/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que acrescenta no inciso V do artigo 14 da Lei nº 14260/03 a isenção do IPVA ao portador de deficiência auditiva. Relator Deputado Mamed. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

